

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG MARCUS VINICIUS POVOA NOBRICA

**CABO VERDE NO TABULEIRO GEOPOLÍTICO ATLÂNTICO:
Disputa de influências e novas possibilidades para o Brasil e sua
Diplomacia Naval**

Rio de Janeiro

2025

CMG MARCUS VINICIUS POVOA NOBRICA

**CABO VERDE NO TABULEIRO GEOPOLÍTICO ATLÂNTICO:
Disputa de influências e novas possibilidades para o Brasil e sua
Diplomacia Naval**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Marcelo Ribeiro de
Sousa

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus amados filho e esposa, Marcus Paulo e Ancilda, respectivamente, pelo amor e compreensão, mesmo nos momentos em que não estive integralmente presente.

Ao meu pai Paulo Wilson e à minha madrastra Sonia, pelo apoio irrestrito e incentivo constante.

À Escola de Guerra Naval e à Marinha do Brasil, pela singular oportunidade de amadurecimento profissional.

Ao meu orientador, Comandante Marcelo Ribeiro de Sousa, pela confiança depositada, fundamental para a consecução deste trabalho acadêmico.

Ao meu amigo, Comandante Alexandre da Rocha Violante, por sua disponibilidade e conhecimentos indispensáveis.

Ao instrutor da disciplina, Comandante Ohara Barbosa Nagashima, pelas preciosas orientações iniciais.

Aos amigos da Turma C-PEM 2025, pela amizade e respeito demonstrados.

RESUMO

A República de Cabo Verde é um arquipélago localizado no Oceano Atlântico, a cerca de 500 km da costa ocidental africana. Embora limitado em território e recursos minerais, o país insular se destaca pelo controle de um vasto espaço marítimo, situado em uma região de intenso cruzamento das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) que ligam as Américas, a Europa e a África. Essa posição geoestratégica, somada à sua estabilidade institucional, confere ao país atratividade exógena crescente. Assim, o propósito desta pesquisa é desenvolver uma análise comparativa das formas de inserção de quatro atores extrarregionais — China, Estados Unidos da América (EUA), Portugal e Brasil — nas relações bilaterais com Cabo Verde, com vistas a identificar aprimoramentos que fortaleçam o protagonismo brasileiro como ator político-estratégico no Atlântico Sul. A investigação adota abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A análise é conduzida à luz da teoria de Joseph S. Nye, especialmente no que se refere aos conceitos de *hard power*, *soft power* e *smart power*, e fundamenta-se também nas contribuições de Geoffrey Till no campo da estratégia marítima. Com base nesse referencial, busca-se compreender de que modo a atuação brasileira poderá ampliar as possibilidades de uma diplomacia naval mais efetiva no espaço atlântico e consolidar sua liderança regional no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Palavras-chave: Brasil. Cabo Verde. China. Estados Unidos da América. Geoffrey Till. Joseph Nye. Portugal.

ABSTRACT

Cabo Verde in the Atlantic Geopolitical Chessboard: Competing Influences and New Opportunities for Brazil and Its Naval Diplomacy

Cabo Verde is an archipelago located in the Atlantic Ocean, approximately 500 km off the West African coast. Despite its limited landmass and mineral resources, the insular country holds jurisdiction over a vast maritime area positioned at a crucial intersection of the Sea Lines of Communication (SLOCs) linking the Americas, Europe, and Africa. This strategic location, combined with its institutional stability, has made the country increasingly attractive to external powers. This paper aims to compare the forms of engagement pursued by four extra-regional actors — China, the United States of America (USA), Portugal, and Brazil — in their bilateral relations with Cabo Verde, in order to identify ways to enhance Brazil's strategic-political role in the South Atlantic. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographical and documentary research, as well as a comparative case study. The analysis is guided by Joseph S. Nye's theory, particularly the concepts of hard power, soft power, and smart power, and is further grounded in Geoffrey Till's contributions in the field of maritime strategy. Based on this framework, the study explores how Brazil may expand the effectiveness of its naval diplomacy in the Atlantic space and consolidate regional leadership within the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS).

Keywords: Brazil. Cabo Verde. China. United States of America. Geoffrey Till. Joseph Nye. Portugal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O Entorno Estratégico Brasileiro.....	13
Figura 2 - A posição geográfica de Cabo Verde.....	27
Figura 3 - Cabo Verde inserido na Arquitetura de Yaoundé.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	– Agência Brasileira de Cooperação
AC	– <i>Atlantic Centre</i> (Centro do Atlântico)
BID	– Base Industrial de Defesa
BRI	– <i>Belt and Road Initiative</i> (Iniciativa Cinturão e Rota)
C-EMOS	– Cursos de Estado-Maior para Oficiais Superiores
C-PEM	– Curso de Política e Estratégia Marítimas
CEDEAO	– Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	– Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CGC	– Comissão do Golfo da Guiné
CIMAR	– Comissão Interministerial para a Economia Marítima (Cabo Verde)
CISMAR	– Centro Integrado de Segurança Marítima (Brasil)
COMPAAz	– Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (Brasil)
COSMAR	– Centro de Operações de Segurança Marítima (Cabo Verde)
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ECA	– <i>Bureau of Educational and Cultural Affairs</i> (Escritório de Assuntos Educacionais e Culturais)
EGN	– Escola de Guerra Naval
EMA	– Estado-Maior da Armada
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
END	– Estratégia Nacional de Defesa
EUA	– Estados Unidos da América
Fiocruz	– Fundação Oswaldo Cruz
FOCAC	– Fórum de Cooperação China–África
GAT-FN	– Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais
IIE	– <i>Institute of International Education</i> (Instituto de Educação Internacional)
INN	– Illegal, não reportada e não regulamentada (pesca)
INDP	– Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (Cabo Verde)
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUM	– Instituto Universitário Militar de Portugal
IVLP	– <i>International Visitor Leadership Program</i> (Programa de Liderança de Visitantes Internacionais)

JRCC	– <i>Joint Rescue Coordination Centre</i> (Cabo Verde)
LCM	– Linhas de Comunicação Marítimas
LBDN	– Livro Branco de Defesa Nacional
MAN	– Missão de Assessoria Naval
MANBCV	– Missão de Assessoria Naval do Brasil em Cabo Verde
MB	– Marinha do Brasil
MCC	– <i>Millennium Challenge Corporation</i> (Corporação Desafio do Milênio)
MCTM	– Missão de Cooperação Técnico-Militar (Portugal)
MD	– Ministério da Defesa (Brasil)
MNECIR	– Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional (Cabo Verde)
MRE	– Ministério das Relações Exteriores (Brasil)
NMNBCV	– Núcleo da Missão de Assessoria Naval do Brasil em Cabo Verde
NRP	– Navio da República Portuguesa
ODS	– Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP	– Países Africanos de Língua Portuguesa
PEC-G	– Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	– Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PEC-T	– Programa de Estudantes-Convênio Técnico
PEDS	– Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PEID	– Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PEM 2040	– Plano Estratégico da Marinha 2020-2040
PND	– Política Nacional de Defesa
PPGEM	– Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos (EGN)
RTP África	– Rádio e Televisão de Portugal na África
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SisGAAz	– Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Brasil)
SOFA	– <i>Status of Forces Agreement</i> (Acordo sobre o <i>Status</i> das Forças)
UE	– União Europeia
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	– Universidade de Brasília
Uni-CV	– Universidade de Cabo Verde
U.S. AFRICOM	– <i>United States Africa Command</i> (Comando dos Estados Unidos para a África)
USAID	– <i>United States Agency for International Development</i> (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional)
UTA	– Universidade Técnica do Atlântico
ZEE	– Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	– Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO: O ENCONTRO ENTRE NYE E TILL	18
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
2.2 NYE E A TIPOLOGIA DE PODER: <i>HARD</i> , <i>SOFT</i> E <i>SMART POWER</i>	19
2.3 TILL E A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO MAR.....	20
2.4 O ENCONTRO ENTRE O <i>SMART POWER</i> E O MAR	22
2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	24
3 CABO VERDE NO ATLÂNTICO: POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA E DESAFIOS	26
3.1 GEOGRAFIA E RELEVÂNCIA ATLÂNTICA	26
3.2 SEGURANÇA MARÍTIMA E VULNERABILIDADES INSULARES	28
3.3 CABO VERDE E AS DISPUTAS NO ATLÂNTICO	30
3.4 A POLÍTICA EXTERNA CABO-VERDIANA	32
3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	33
4 RELAÇÕES BILATERAIS DE CABO VERDE COM CHINA, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E PORTUGAL: COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA E DISPUTAS POR INFLUÊNCIA.....	34
4.1 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CABO VERDE E CHINA	34
4.1.1 Marcos diplomáticos e expansão da parceria	34
4.1.2 Os instrumentos de influência chinesa	36
4.1.3 Presença marítima e projetos de conectividade.....	37
4.1.4 A percepção cabo-verdiana da parceria com a China.....	39
4.1.5 Cabo Verde e China: Considerações Parciais	40
4.2 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CABO VERDE E EUA	41
4.2.1 Histórico da parceria e prioridades estratégicas.....	41
4.2.2 Segurança marítima e cooperação institucional.....	44
4.2.3 Diplomacia pública e formação estratégica	46
4.2.4 A percepção cabo-verdiana da parceria com os EUA.....	48
4.2.5 Cabo Verde e EUA: Considerações Parciais	49

4.3 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CABO VERDE E PORTUGAL	50
4.3.1 Herança histórica e <i>Soft Power</i> lusófono.....	50
4.3.2 A cooperação técnico-militar	51
4.3.3 A percepção cabo-verdiana da parceria com Portugal.....	54
4.3.4 Cabo Verde e Portugal: Considerações Parciais	55
5 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CABO VERDE E BRASIL.....	58
5.1 IDENTIFICAÇÃO CULTURAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL.....	58
5.2 A DIMENSÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL	59
5.3 COOPERAÇÃO MILITAR E DIPLOMACIA NAVAL	61
5.4 A PERCEPÇÃO CABO-VERDIANA DA PARCERIA COM O BRASIL.....	64
5.5 PROJEÇÃO BRASILEIRA E PARCERIA ATLÂNTICA	65
5.6 CABO VERDE E BRASIL: CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	68
6 GEOPOLÍTICA COMPARADA EM CABO VERDE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A ATUAÇÃO BRASILEIRA	69
6.1 CONVERGÊNCIAS E DESCOMPASSOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	69
6.1.1 Os perfis de atuação externa no arquipélago.....	69
6.1.2 <i>Soft Power</i> e Multilateralismo	71
6.1.3 Diplomacia seletiva e lições para o Brasil: o caso cabo-verdiano no Atlântico Sul.....	73
6.1.4 Análise Comparativa: Considerações Parciais.....	74
6.2 OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O BRASIL EM CABO VERDE.....	76
6.2.1 Ampliação da cooperação técnica e institucional	76
6.2.2 Mindelo e a liderança brasileira na ZOPACAS.....	77
6.2.3 Integração atlântica lusófona: uma aliança estratégica	78
6.2.4 Propostas estruturantes para a diplomacia técnica	79
6.2.5 Segurança marítima e desenvolvimento sustentável	80
6.2.6 A Marinha do Brasil em Cabo Verde: novas possibilidades	81
6.2.7 Oportunidades para o Brasil e sua Marinha: Considerações Parciais.....	85
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

A República de Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas, localizado no Oceano Atlântico, a cerca de 500 km do Senegal. Embora limitado em território e recursos minerais, destaca-se pelo controle de um vasto espaço marítimo, quase 180 vezes maior que sua área terrestre, situado em uma região de intenso cruzamento das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) que ligam as Américas, a Europa e a África. Nesse contexto, o mar surge como elemento essencial da identidade nacional e da formulação de políticas públicas, o que confere ao país uma atratividade geoestratégica crescente por parte de grandes potências, como os Estados Unidos da América (EUA) e a China (Rocha, 2015). A importância de Cabo Verde também é reconhecida pelo Brasil, que o inclui em seu entorno estratégico¹ (Figura 1), conforme o preconizado na Política Nacional de Defesa (PND), na Estratégia Nacional de Defesa (END) e no Plano Estratégico da Marinha 2020-2040 (PEM 2040) (Brasil, 2020a, 2020b, 2020c).

Figura 1 - O Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: Plano Estratégico da Marinha 2020-2040 (PEM 2040). Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comem/sites/www.marinha.mil.br/comem/files/PEM2040.pdf>.

¹ O entorno estratégico brasileiro inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (Brasil, 2020a, p.11).

A despeito das dificuldades geográficas, Cabo Verde tem ampliado, com êxito, sua presença no cenário internacional, ao exercer uma diplomacia que alia o multilateralismo à escolha criteriosa de parceiros bilaterais, o que favorece a construção de pontes para a cooperação em diversas áreas. Além disso, ao combinar pragmatismo e versatilidade, essa atuação tem na estabilidade institucional e na pluralidade de interlocutores os pilares que sustentam sua credibilidade como ator confiável no Atlântico (Tavares, 2010).

Considerando esse quadro geoestratégico e a crescente disputa de influência na região, a seleção dos países considerados no presente trabalho justifica-se pela profundidade dos vínculos estabelecidos com Cabo Verde e pelas diferentes abordagens utilizadas por cada um. A atuação chinesa em Cabo Verde se caracteriza por expressivos investimentos em infraestrutura, incentivo ao intercâmbio educacional e contínuo apoio ao setor de saúde; tais ações configuram aspectos que articulam interesses econômicos a estratégias de aproximação cultural (Tavares, 2010). Observa-se, no caso estadunidense, uma ênfase nas iniciativas em segurança marítima, formação institucional e manutenção de laços com a expressiva diáspora cabo-verdiana em seu território (Andrade, 2016; Corrêa, 2021). Já Portugal preserva vínculos históricos, culturais e estruturais, especialmente nas áreas administrativa, jurídica e linguística, robustecidos por suas diligências no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)² (Madeira, 2016; Costa e Pinto, 2014).

Quanto ao Brasil, observa-se a conciliação da Cooperação Sul-Sul³ com ações diplomáticas de natureza técnico-militar, com ênfase na atuação da Marinha do Brasil (MB) junto à Guarda Costeira de Cabo Verde (GCCV) e na sua presença em agendas multilaterais lusófonas (Nobrica, 2025; Nogueira, 2018; Violante, 2017).

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, sustentada pela leitura crítica de documentos oficiais e obras

² Criada em 1996, a CPLP reúne Estados lusófonos com o objetivo de reforçar a cooperação política, cultural e diplomática entre seus membros, promovendo valores comuns como a democracia, o desenvolvimento sustentável e a construção de um mundo mais equilibrado e pacífico. Atualmente, conta com nove Estados-Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (CPLP, 2025).

³ A Cooperação Sul-Sul, também conhecida como Cooperação Horizontal, refere-se às iniciativas realizadas entre países em desenvolvimento, fundamentadas em princípios como equidade, tomada de decisão consensual e ausência de hierarquia entre os parceiros. Ainda que se baseie na lógica da horizontalidade, a Cooperação Sul-Sul não está isenta de assimetrias. Na prática, é raro atingir uma equidade plena entre os países envolvidos, pois, mesmo em menor escala, persistem traços de verticalidade nas relações entre o Estado doador e o receptor (Violante, 2017, p.40).

especializadas. Foram mobilizadas fontes primárias e secundárias, com destaque para normativos estratégicos brasileiros (como a PND, a END e o PEM 2040), além de relatórios de organismos multilaterais que atuam no espaço atlântico-africano. Também foram incorporados discursos diplomáticos, documentos técnicos de cooperação internacional e trabalhos acadêmicos oriundos da Escola de Guerra Naval (EGN) da MB e de centros universitários lusófonos. Essa base empírica está articulada a um estudo de caso comparativo que permite compreender as nuances da atuação externa dos quatro países analisados em Cabo Verde, a partir da perspectiva das estratégias de poder (Nye) e da teoria marítima (Till). Com base nas categorias originais de Till, neste trabalho propõe-se, de forma interpretativa, os conceitos analíticos de *marinha de influência* e *marinha de coalizão*, que serão aplicados ao longo dos capítulos para qualificar os diferentes modos de presença naval estratégica no Atlântico.

Diante da amplitude temática e dos limites de extensão deste trabalho, optou-se por concentrar a comparação nos campos psicossociais e nos vínculos técnico-militares, dimensões que, além de recorrentes nos casos analisados, guardam maior pertinência com os objetivos estratégicos da diplomacia naval brasileira.

Nesta pesquisa tem-se como objetivo comparar as formas de inserção de atores extrarregionais nas relações bilaterais com Cabo Verde, a fim de identificar que aprimoramentos podem ser sugeridos para fortalecer o protagonismo do Brasil como ator político-estratégico na região. Com base nessa análise comparativa, busca-se compreender de que modo essa atuação poderá ampliar as possibilidades de uma diplomacia naval mais proativa e estratégica no espaço geográfico delimitado neste trabalho, visando à construção de uma liderança brasileira efetiva no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁴, em consonância com o preconizado pelo Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)⁵.

⁴ Instituída em 1986 por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), a ZOPACAS foi criada com o propósito de impedir a presença de armamentos nucleares e outras armas de destruição em massa na região. A iniciativa também visa estimular o multilateralismo entre os países costeiros e ampliar o aproveitamento conjunto do potencial socioeconômico do Atlântico Sul. Além do Brasil, outros 23 países são signatários da ZOPACAS: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

⁵ O LBDN destaca o comprometimento do Brasil com a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul. Ressalta, ainda, que essa região abriga áreas estratégicas essenciais para o comércio global e nacional, o que exige do país uma atenção diferenciada voltada à promoção de um ambiente cooperativo, alinhado aos princípios da ZOPACAS (Brasil, 2020d).

No Capítulo 2 delinea-se o referencial teórico da pesquisa, articulando as contribuições de Nye, sobre as diferentes formas de poder nas relações internacionais, com as reflexões de Till a respeito da função estratégica das marinhas e destacando os pontos em comum. No Capítulo 3, por sua vez, apresenta-se a base contextual, ao abordar a vantagem geoestratégica da localização de Cabo Verde no Atlântico, com ênfase em seu papel como ponto de interseção das LCM, nos desafios de segurança em sua área marítima e na sua participação ativa em fóruns voltados à governança dos oceanos.

A partir do Capítulo 4, inicia-se a fase investigativa do estudo, onde são abordadas as parcerias entre Cabo Verde e China, EUA e Portugal. Inicialmente, verifica-se que China e Cabo Verde mantêm uma relação que vem sendo construída por meio de projetos de infraestrutura, de cooperação técnica e de programas voltados à educação. Em seguida, analisa-se a atuação dos EUA, com ênfase nos programas de segurança marítima, na diplomacia pública e nos impactos socioculturais causados pela diáspora cabo-verdiana. Por último, examina-se a cooperação cabo-verdiana com Portugal, evidenciando os laços jurídicos, linguísticos e a atuação conjunta no âmbito da CPLP. Já na fase diagnóstica, no Capítulo 5 discute-se a cooperação entre Brasil e Cabo Verde, com foco nas diplomacias técnica e naval, esta última ancorada à presença física e estratégica da MB no arquipélago.

No Capítulo 6 trazem-se os dois pontos cruciais do estudo: a análise comparativa, voltada à identificação dos diferentes tipos de influência, dos instrumentos de poder empregados por cada parceiro externo e das consequentes respostas diplomáticas emitidas pelo Estado cabo-verdiano; e as sugestões que objetivam fortalecer a presença estratégica do Brasil em Cabo Verde, com destaque para a cooperação técnico-naval entre a MB e a GCCV. Em continuidade, no Capítulo 7 retomam-se os principais achados do estudo e reforça-se a centralidade estratégica do país africano para os interesses brasileiros no Atlântico Sul e na ZOPACAS.

Ao articular uma base teórica consolidada, dados extraídos de fontes confiáveis e uma leitura comparativa de distintas experiências de cooperação, busca-se contribuir para o entendimento estratégico e para o aperfeiçoamento da diplomacia naval, sobretudo no contexto de Cabo Verde e da África Ocidental. A perspectiva adotada, ancorada em princípios marítimos testados e na valorização de um modesto

país insular situado ao sul do Sistema Internacional⁶ (SI) multipolar, oferece ao leitor uma abordagem original.

A partir dessas premissas iniciais, a análise do caso cabo-verdiano evidencia que, mesmo Estados com capacidades restritas conseguem exercer influência regional, articular coalizões e estabelecer parcerias em prol de seus interesses. Por meio da comparação entre diferentes formas de engajamento externo, são apresentados subsídios para o fortalecimento do protagonismo do Brasil como ator político-estratégico no Atlântico Sul, o que justifica a relevância deste trabalho.

Com os referenciais teórico e metodológico estabelecidos, no próximo capítulo apresenta-se o sustentáculo conceitual que embasa a análise das relações bilaterais entre Cabo Verde e os principais atores internacionais abordados neste estudo.

⁶ Conceito anárquico, marcado pela ausência de uma autoridade central capaz de impor normas obrigatórias às relações entre os Estados, em contraste com a política interna, regulada por instituições estatais. Dessa forma, a ordem internacional emerge da interação entre os diversos atores da política global, por meio de disputas, acomodações e intercâmbios estratégicos (Pecequillo, 2012).

2 REFERENCIAL TEÓRICO: O ENCONTRO ENTRE NYE E TILL

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para compreender as formas de influência que moldam as relações entre Cabo Verde e os países com os quais mantém vínculos mais estreitos, como Brasil, China, EUA e Portugal, é essencial partir de uma base teórica clara e bem estruturada. Este capítulo tem justamente essa finalidade: apresentar os conceitos que vão sustentar a análise desenvolvida ao longo do trabalho, especialmente nos capítulos 4 e 5, onde se examinam as relações bilaterais. A escolha recai sobre dois autores centrais. De um lado, Joseph Nye, com suas noções de *hard*, *soft* e *smart power*, as quais serão descritas a seguir, que ajudam a entender como os Estados exercem poder para além da força. De outro, Geoffrey Till, cuja abordagem sobre o papel estratégico das marinhas amplia a compreensão das múltiplas formas de atuação no espaço marítimo.

Neste trabalho, adota-se a distinção conceitual proposta por Geoffrey Till (2009, 2018) entre poder marítimo e poder naval. O poder marítimo é compreendido como a capacidade de um Estado de utilizar os mares para alcançar seus objetivos estratégicos, abrangendo dimensões militares, comerciais, diplomáticas e regulatórias. Já o poder naval constitui o componente militar desse espectro, ou seja, a expressão operativa das forças navais na defesa de interesses nacionais e na projeção de influência. Sempre que o termo “poder naval” for utilizado, estará circunscrito a esse aspecto específico do poder marítimo.

Vale salientar que, segundo Le Mièrre (2014, p. 4, tradução nossa), a diplomacia naval compõe a diplomacia marítima, tendo em face que a última é “o desdobramento de uma ampla gama de recursos que, juntos, constituem o poder marítimo de um país para produzir uma série de resultados diplomáticos”⁷.

Mais do que apenas definir esses conceitos, neste capítulo busca-se mostrar como eles serão aplicados na prática: avaliando as estratégias adotadas por cada país, interpretando as respostas de Cabo Verde e, nos capítulos finais, servindo de base para pensar caminhos possíveis para o Brasil, em especial para a sua Marinha, na construção de uma presença mais ativa e legítima no Atlântico Sul.

⁷ “the deployment of a wide range of assets that together comprise a country’s seapower to bring about a whole host of possible diplomatic outcomes” (Le Mièrre, 2014, p. 4).

2.2 NYE E A TIPOLOGIA DE PODER: *HARD*, *SOFT* E *SMART POWER*

Entender o poder nas relações internacionais, hoje, exige mais do que apenas observar o uso da força. Joseph Nye propõe que, além do *hard power*, baseado em capacidade militar e pressões econômicas, é fundamental considerar o *soft power*, aquele que nasce da capacidade de inspirar e atrair por meio da cultura, da legitimidade e dos valores de um país. A combinação equilibrada desses dois vetores dá origem ao *smart power*, ou poder inteligente, conceito que resume a atuação estratégica de um Estado que busca ser eficaz sem abrir mão da legitimidade (Nye, 2004; Nye, 2011).

Em contextos marcados por maior atenção à opinião pública e à legitimidade das ações externas, o uso da força ou de sanções, associado ao chamado *hard power*, passou a ter resultados mais limitados. Já o *soft power* atua de forma indireta, por meio da cultura, da linguagem, das ideias e da capacidade de gerar admiração. Sua força está na reputação construída ao longo do tempo e na confiança que um país inspira nos outros, mais do que em imposições ou vantagens materiais. De acordo com Nye:

O que é soft power? Trata-se da habilidade de obter o que se deseja por meio da atração, em vez da coerção ou do pagamento. Surge da atratividade da cultura de um país, de seus ideais políticos e de suas políticas. Quando nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, nosso soft power é fortalecido (Nye, 2004, prefácio, p. x, tradução nossa)⁸.

O *smart power*, então, surge da calibragem entre esses dois polos. Nye (2011) defende que não basta ter recursos. É preciso usá-los com inteligência, no momento certo e de forma ajustada ao contexto. No caso do Brasil, essa lógica é ainda mais relevante, já que o país, ao buscar ampliar sua influência global, aposta em ações que não dependem do uso direto da força.

Em contextos de parceria marcados pela desigualdade de capacidades, como é o caso das relações entre Cabo Verde e algumas potências estrangeiras, o conceito de *smart power* ajuda a entender o jogo diplomático de forma mais ampla. Nesses arranjos, ações concretas, como repasses de recursos, treinamentos ou projetos de

⁸ “What is soft power? It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country’s culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced” (Nye, 2004, preface, p. x).

cooperação, tendem a ganhar mais legitimidade quando vêm acompanhadas de gestos simbólicos, como valorização cultural mútua, participação conjunta em fóruns internacionais ou retóricas de parceria estratégica. Para um país com limitações estruturais como Cabo Verde, explorar com inteligência essas oportunidades pode significar ampliar sua margem de manobra e até inverter, parcialmente, as assimetrias da relação (Violante, 2017).

Essa lógica faz ainda mais sentido quando olhamos para o conjunto da África Ocidental, onde muitas iniciativas externas ainda são vistas com cautela. O histórico de intervenções mal recebidas deixou marcas, e hoje é comum que o valor de uma cooperação seja medido não apenas por seus resultados práticos, mas também pela forma como ela é conduzida. É por isso que a leitura de Nye (2011), que entende o poder como algo relacional e dependente de contexto, segue tão pertinente. Em vez de impor, a influência precisa seduzir, adaptar-se ao ambiente e dialogar com as sensibilidades locais — e nisso o *smart power* pode fazer toda a diferença.

Conforme analisa Violante (2017), no caso específico de Cabo Verde, percebe-se uma articulação cuidadosa entre investimentos em infraestrutura e esforços cooperativos na área da segurança marítima. Essas ações, no entanto, não operam isoladamente: estão entrelaçadas a elementos simbólicos, como a retórica da parceria estratégica e a valorização da identidade cultural local. Esse arranjo revela o quanto o conceito de *smart power* é pertinente para compreender dinâmicas de influência em contextos marcados por assimetrias, nos quais países com capacidades distintas constroem formas sofisticadas de interação.

2.3 TILL E A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO MAR

A proposta de Joseph Nye ganha ainda mais força quando associada a contextos em que a diplomacia se dá por meio do mar. Geoffrey Till, ao discutir o papel das marinhas no mundo contemporâneo, amplia esse ponto de vista ao mostrar que o poder naval deixou de ser meramente uma questão de força militar. Ele argumenta que, hoje, marinhas atuam também como instrumentos de presença diplomática, de policiamento e de desenvolvimento — e fazem isso não apenas em cenários de conflito, mas, sobretudo, em tempos de paz (Till, 2009, 2018).

Till (2018) atribui crescente importância à dimensão diplomática das marinhas, especialmente no período pós-Guerra Fria. Para ele, a presença naval passou a incorporar funções políticas, simbólicas e cooperativas, além daquelas estritamente militares. Nesse contexto, destaca quatro funções essenciais das marinhas modernas: *warfighting*, guerra no mar; *power projection*, projeção de poder; *constabulary functions*, ações benígnas; e *diplomatic and cooperative functions*, ações diplomáticas e cooperativas. Cada uma dessas funções cumpre papel complementar no fortalecimento da presença marítima e na construção de segurança internacional.

Entre essas dimensões, merecem especial atenção os aspectos cooperativos e diplomáticos da atuação naval, nos quais se evidenciam mecanismos como interoperabilidade, confiança mútua e coalizões multinacionais. Till utiliza termos como *combined maritime operations*, operações marítimas combinadas; *coalition interoperability*, interoperabilidade em coalizões; e *naval diplomacy in coalitions*, diplomacia naval em coalizões, para descrever essas formas de engajamento. O simples atracar de um navio em porto estrangeiro, a realização de operações combinadas e a participação em forças-tarefa multinacionais carregam peso simbólico significativo, sinalizando compromisso político, presença contínua e solidariedade estratégica (Till, 2009, 2018).

Ainda nessa linha, Till (2018) propõe que a função diplomática das marinhas pode ser entendida a partir de três grandes eixos: *picture building*, construção de percepções e narrativas estratégicas; *coalition building*, formação de alianças navais e arranjos regionais de cooperação; e *coercion*, ações dissuasórias e demonstrações de força. Esses eixos ajudam a compreender como a presença naval pode influenciar o ambiente estratégico mesmo sem recorrer ao emprego direto da força.

Por fim, Till (2018) afirma que a eficácia da diplomacia naval depende de sua articulação coerente com os demais instrumentos da política externa do país, particularmente aqueles vinculados à dimensão marítima.

Com base nessa leitura, nesta pesquisa adotam-se, de forma interpretativa e compatível com a tipologia de Till, os conceitos de *marinha de influência* e *marinha de coalizão*. O primeiro refere-se à atuação deliberada de marinhas em tempos de paz com o objetivo de gerar confiança, prestar apoio técnico e fortalecer instituições locais por meio da diplomacia naval. O segundo diz respeito à operação conjunta entre forças navais de diferentes países, marcadas por interoperabilidade, partilha de responsabilidades e presença coordenada em regiões de interesse comum.

Embora os termos não apareçam de forma literal na obra de Till, eles derivam logicamente de seus conceitos e contribuem para adensar a análise dos vínculos entre potências estrangeiras e pequenos países insulares. No caso de Cabo Verde, tais categorias ajudam a compreender como Brasil, China, EUA e Portugal constroem sua presença marítima e político-estratégica no arquipélago, servindo como base para a análise nos capítulos seguintes.

2.4 O ENCONTRO ENTRE O *SMART POWER* E O MAR

Enquanto no subtópico anterior enfatizou-se a função estratégica das marinhas no contexto da segurança cooperativa, na presente seção observam-se os aspectos simbólicos e diplomáticos do poder naval. Aqui, o foco recai sobre a capacidade da diplomacia naval de construir confiança, moldar percepções e fortalecer a legitimidade internacional dos Estados em tempos de paz, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidades e assimetrias.

Segundo Till (2009), o poder naval figura entre as formas mais flexíveis de atuação estatal, justamente por englobar não apenas funções militares clássicas, mas também atribuições diplomáticas, educativas, humanitárias e voltadas à cooperação técnica. Nesse panorama mais abrangente, o mar deixa de ser percebido apenas como um espaço voltado à defesa e passa a ser reconhecido como uma plataforma estratégica de inserção internacional e projeção de influência.

A diplomacia naval, nesse contexto, assume o papel de instrumento deliberado de atuação em tempos de paz, voltado a fortalecer vínculos políticos, ampliar a confiança entre Estados e contribuir para a estabilidade regional. Práticas como visitas de cortesia, patrulhas conjuntas e missões de assessoria técnica integram esse repertório de atuação. Trata-se de uma manifestação do *smart power* no ambiente marítimo, ao combinar meios militares com estratégias de influência legítima e cooperação.

No caso do Brasil e da MB, essa perspectiva encontra respaldo doutrinário na PND, na END, no LBDN e no PEM 2040, os quais reconhecem a diplomacia naval como vetor essencial na inserção internacional do Brasil. Segundo esses documentos, os meios navais, ao gozarem de liberdade de navegação garantida pelo Direito do Mar, podem operar em diferentes dimensões — da cooperação à persuasão, da

dissuasão à demonstração de compromisso político (Brasil, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d).

Segundo Nobrica (2025), com base nessas diretrizes, a MB tem promovido ações como as Missões de Assessoria Naval (MAN), os Grupos de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) e a participação em operações multinacionais no Golfo da Guiné (como a GUINEX e a *Obangame Express*), em parceria com Estados africanos inseridos no entorno estratégico brasileiro. Essas iniciativas revelam que, mesmo sem o uso direto da força, a presença naval brasileira contribui para o prestígio nacional, o fortalecimento de alianças e a promoção da segurança cooperativa no Atlântico Sul. Nesse contexto, a diplomacia naval se materializa como uma prática de *smart power* (Nye, 2011), ao combinar recursos operacionais com sensibilidade institucional e articulação multilateral. Para que isso ocorra, é necessário dispor de uma Marinha preparada para missões não coercitivas, com capacitação técnica e visão estratégica voltadas ao engajamento cooperativo (Nobrica, 2025).

Cabo Verde, apesar de seus recursos limitados, tem encontrado na diplomacia naval uma forma eficaz de reforçar sua segurança com apoio externo e sem abrir mão da soberania. Já no caso de parceiros como o Brasil, essa estratégia tem servido para projetar valores, ampliar sua presença no cenário regional e fortalecer laços políticos por meio da cooperação técnico-militar. A Missão de Assessoria Naval do Brasil em Cabo Verde (MANBCV), nesse sentido, é um exemplo claro: ela une formação técnica, intercâmbio profissional e apoio institucional à Guarda Costeira local, tudo baseado em respeito mútuo e sensibilidade cultural (Nobrica, 2025; Nogueira, 2018; Violante, 2017).

Nesse tipo de parceria, o simples envio de uma missão técnica, a realização de exercícios conjuntos ou a passagem de um navio de guerra já é suficiente para sinalizar engajamento diplomático. Para países como Cabo Verde, isso significa mais segurança e reconhecimento internacional. Para os parceiros de fora da região, é uma maneira de manter presença e influência, sem depender de bases permanentes ou intervenções diretas.

Não se trata apenas de poder militar. O que se vê, sobretudo no caso de países como Cabo Verde, é que a influência no mar também pode vir da construção de parcerias, da troca de conhecimentos e da disposição para cooperar. Estratégias sensíveis às realidades locais, que consideram tanto as fragilidades quanto os pontos fortes de cada país, costumam gerar efeitos mais sólidos e duradouros. A atuação do

Brasil em Cabo Verde ilustra esse caminho: por meio da diplomacia naval e da cooperação técnica, a presença brasileira assume contornos que se alinham ao conceito de *smart power*, formulado por Joseph Nye. Trata-se de uma influência construída não pela imposição, mas pela credibilidade, pelo engajamento e pela oferta de parcerias consistentes, o que contribui para reforçar a imagem de Cabo Verde como ator confiável no cenário atlântico. Nos capítulos analíticos seguintes, essas categorias serão aplicadas à atuação de parceiros internacionais em Cabo Verde, permitindo avaliar o grau de coerência entre suas estratégias marítimas e os princípios da diplomacia naval e do *smart power*, com especial atenção ao papel da MB nesse cenário.

2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo mostrou-se que poder, hoje, não se resume ao uso da força. Nye e Till, cada um a seu modo, destacam a importância da legitimidade, do equilíbrio estratégico e da projeção de valores como caminhos eficazes de influência internacional. Em regiões onde o mar exerce papel central na estabilidade, a diplomacia naval e a cooperação técnica ganham força quando são moldadas de acordo com a realidade local. Nessas situações, funcionam como instrumentos de *smart power*, capazes de gerar confiança e fortalecer parcerias. As ideias de Nye e Till ajudam a entender o oceano não apenas como espaço físico, mas como um canal de aproximação entre países. Em muitos casos, essa conexão se dá sem o uso da força.

No cenário atual, a maneira como os países influenciam os outros importa tanto quanto os recursos que empregam. Ter cautela e respeitar o contexto de cada nação passou a ser uma habilidade valorizada. É o que se observa, por exemplo, em pequenos países insulares como Cabo Verde, cuja atuação externa tem combinado firmeza, diálogo e adaptação.

No caso específico do arquipélago, essa lente analítica ajuda a entender de que forma países como China, EUA, Portugal e o próprio Brasil têm buscado afirmar sua presença e, mais do que isso, como Cabo Verde tem conseguido, não raro, redefinir essas aproximações em seus próprios termos.

No próximo capítulo, será possível examinar mais de perto como a posição geográfica do país africano potencializa essa dinâmica e, a partir dela, quais desafios e possibilidades se apresentam no contexto atlântico.

3 CABO VERDE NO ATLÂNTICO: POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA E DESAFIOS

3.1 GEOGRAFIA E RELEVÂNCIA ATLÂNTICA

Dez ilhas, sendo nove habitadas, ocupando uma área de apenas 4.033 km² e situadas a cerca de 500 km da costa ocidental africana. Cabo Verde tem em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE)⁹ de, aproximadamente, 734.000 km² suas maiores riquezas e motivos de preocupação (UNFPA, 2022). Portanto, o mar cabo-verdiano tem seu valor geoestratégico plenamente reconhecido em documentos governamentais, a exemplo do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II), que o define como vetor fundamental para o desenvolvimento econômico, para a segurança e para a projeção internacional do país (Cabo Verde, 2022a).

Além de sua posição privilegiada no eixo transatlântico, Cabo Verde é reconhecido oficialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID). Essa condição implica vulnerabilidades estruturais típicas de pequenos arquipélagos tropicais, como limitação de recursos naturais, alta dependência de importações e exposição acentuada a riscos ambientais. Esses fatores ampliam tanto a sua relevância geoestratégica quanto a sua necessidade de parcerias internacionais voltadas à segurança marítima, sustentabilidade e resiliência econômica (ONU, 2021).

Portanto, apesar de sua reduzida extensão territorial e da escassez de recursos naturais, sobretudo em água e produção agrícola, Cabo Verde tem apostado na valorização de sua posição geográfica como eixo articulador de sua política externa. Ao priorizar a estabilidade institucional e cultivar uma rede ampla de parcerias, o país tem conseguido reposicionar sua imagem internacional, superando parte das vulnerabilidades estruturais que, historicamente, o condicionaram (Cabo Verde, 2025a). Rocha (2015) observa que a condição geográfica de Cabo Verde e sua

⁹ De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o Mar Territorial corresponde à faixa marítima contígua à costa, com extensão de até 12 milhas náuticas, sobre a qual o Estado costeiro exerce plena soberania (ONU, 1982). Já a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) se estende além desse limite, até o máximo de 200 milhas náuticas a partir da linha de base, definida como uma linha de referência imaginária traçada a partir da costa. Nesse espaço, o Estado costeiro detém direitos de soberania específicos relacionados à exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não, tanto na coluna d'água quanto no leito marinho e seu subsolo, além de outros usos econômicos previstos pela Convenção (ONU, 1982).

trajetória como país cooperativo e seguro no corredor do Atlântico conferem ao arquipélago uma posição de destaque em agendas regionais de defesa e segurança. Essa reputação, aliada a políticas de boa governança e à estabilidade interna, fortalece o papel estratégico do país no espaço atlântico e justifica o interesse contínuo de potências externas por parcerias com o governo cabo-verdiano.

Ao passo que ser um arquipélago acarreta desafios internos, principalmente em termos de coesão territorial, o oceano também se apresenta como elo integrador entre as ilhas, promovendo mobilidade, conectividade e sustentação econômica. Essa dimensão marítima da unidade nacional tem sido reconhecida em estudos sobre segurança e defesa regional, que destacam a importância da Guarda Costeira e das iniciativas de cooperação técnica como formas de reduzir as vulnerabilidades associadas à fragmentação territorial (Nogueira, 2018; Violante, 2017).

A posição geográfica de Cabo Verde é ilustrada na Figura 2, onde se destaca a sua proximidade com o corredor estratégico Natal–Dacar, eixo de ligação entre o nordeste do Brasil e a costa ocidental africana. Esse trecho marítimo, conhecido como “Garganta Atlântica”, constitui um espaço intercontinental de alta relevância para o comércio global. Por sua localização, essa faixa oceânica adquire valor estratégico crescente, sendo considerada área sensível para a paz e a segurança no contexto do Atlântico Sul (Nogueira, 2018, p. 17 apud Brasil, 2012, p. 38).

Figura 2 - A posição geográfica de Cabo Verde



Fonte: Nogueira, 2018, p.18 apud Cabo Verde *Islands Tours*, 2015.

Mais do que a posição geográfica em si, é a forma como o país se insere nos circuitos diplomáticos que reforça sua importância. A habilidade de Cabo Verde em lidar com diferentes parceiros internacionais, tratando de assuntos como segurança marítima, desenvolvimento sustentável e apoio técnico, tem reforçado seu papel como um ponto de encontro político no Atlântico. Essa disposição para o diálogo, aliada à estabilidade interna, torna o arquipélago um interlocutor confiável em uma região de interesses em comum, conforme será aprofundado mais adiante.

3.2 SEGURANÇA MARÍTIMA E VULNERABILIDADES INSULARES

Ao contrário de países continentais, Cabo Verde enfrenta desafios estruturais para proteger suas águas jurisdicionais: sua ZEE, muito maior que o território insular, impõe exigências de fiscalização além da capacidade material e humana disponíveis. A situação é reconhecida no documento *Estratégia Nacional para o Mar 2023–2033*, que cita explicitamente a “insuficiência de recursos humanos e materiais para garantir a vigilância e fiscalização da sua ZEE” (Cabo Verde, 2022b, p. 17). Essa fragilidade torna o arquipélago alvo de ameaças transfronteiriças: o *Global Organized Crime Index* (2021)¹⁰ aponta Cabo Verde como rota de narcotráfico, área de pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN)¹¹ em águas nacionais e ponto de tráfico de pessoas, confirmando a vulnerabilidade mencionada (*Global Initiative*, 2021).

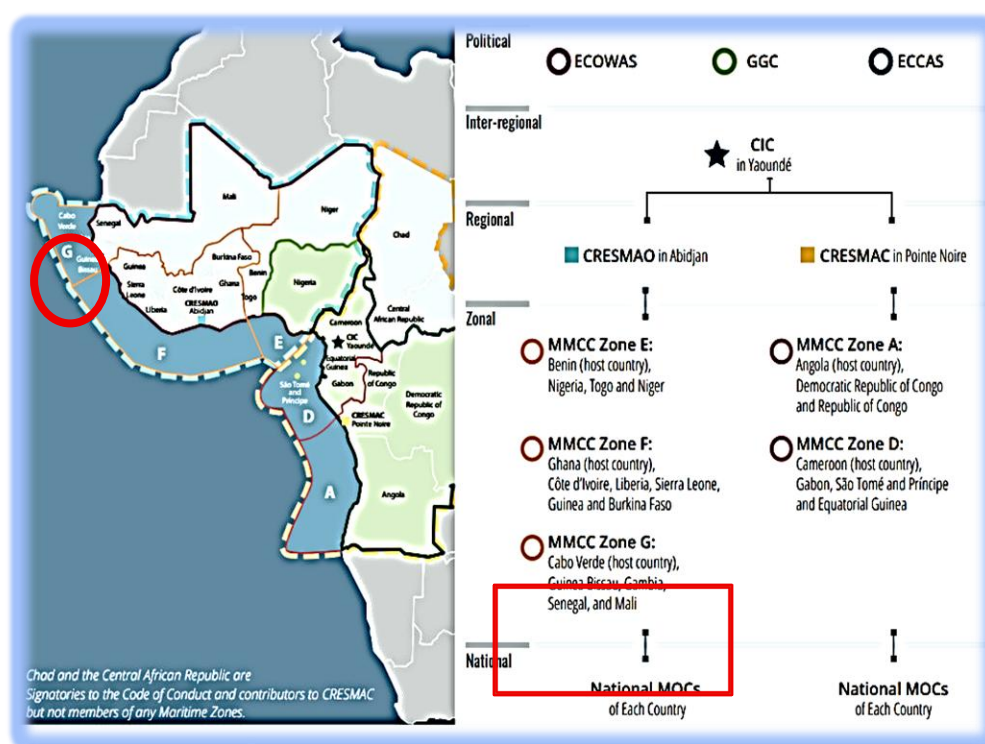
Como observa Rocha (2015), a fragilidade estrutural das instituições de defesa e segurança do país constitui um dos principais fatores de vulnerabilidade da soberania marítima cabo-verdiana e torna a resposta estatal menos eficaz diante de incidentes, especialmente em razão da dispersão geográfica das ilhas. Diante desse cenário, assuntos cada vez mais importantes, tais como proteção das LCM, diplomacia naval e segurança energética, têm dado protagonismo a países insulares

¹⁰ O Índice Global de Crime Organizado (tradução nossa do inglês *Global Organized Crime Index*), é uma ferramenta projetada para medir os níveis de crime organizado em um país e avaliar sua resiliência à atividade criminosa organizada.

¹¹ A pesca ilegal compreende as atividades realizadas dentro das águas jurisdicionais de um Estado sem sua autorização, ou em desacordo com as normas nacionais vigentes. Já a pesca não reportada refere-se àquelas operações que não são comunicadas ou são comunicadas de forma imprecisa às autoridades nacionais ou às organizações regionais competentes. Por fim, entende-se como pesca não regulamentada aquela que ocorre em regiões ou sobre espécies para as quais inexistem medidas específicas de gestão, sendo conduzida de maneira incompatível com as obrigações internacionais de conservação dos recursos marinhos. Essa categoria também inclui operações em áreas sob regulação regional, mas realizadas por embarcações apátridas ou de bandeira de Estados que não integram a organização gestora, quando em desacordo com as normas vigentes (Corrêa, 2021, p. 26-27 apud ONU, 2021b).

e costeiros na geopolítica atlântica. É nesse contexto que, em junho de 2013, líderes da União Africana (UA)¹², da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)¹³, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comissão do Golfo da Guiné (CGC) reuniram-se em Yaoundé, Camarões, para estabelecer uma estratégia comum de prevenção e combate a atividades ilícitas no Atlântico centro-ocidental. O encontro resultou na adoção do Código de Conduta de Yaoundé, na criação do Centro de Coordenação Regional (ICC) e na consolidação de uma arquitetura integrada de segurança marítima (Figura 3). Cabo Verde, como Estado-membro da CEDEAO, integra esse arranjo institucional, sendo o responsável pela coordenação da Zona G, e participa de seus mecanismos cooperativos de vigilância, patrulha e partilha de informações marítimas (Corrêa, 2021, p. 24).

Figura 3 - Cabo Verde inserido na Arquitetura de Yaoundé



Fonte: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/BG%20Especial%20-%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9%20-%20GUINEX%20III.pdf>.

¹² A União Africana conta 55 Estados-Membros, incluindo todos os Estados da costa oeste africana (Corrêa, 2021, p. 24).

¹³ A UA e a CEDEAO vêm promovendo, desde os anos 2000, agendas de segurança cooperativa na África Ocidental. No entanto, a fragmentação institucional, os recursos limitados e a atuação paralela de potências externas têm dificultado a consolidação de mecanismos autônomos de resposta a crises (Corrêa, 2021, p. 24).

As dificuldades estruturais na defesa de Cabo Verde aumentam sua sensibilidade à atuação de potências externas. Embora receba apoio técnico de parceiros como os EUA, o país não autoriza a instalação de bases estrangeiras, incluindo propostas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em cumprimento à sua Constituição, limitando-se a visitas pontuais e exercícios conjuntos (VOA, 2025). Esse posicionamento tem sido reiterado pelo primeiro-ministro cabo-verdiano Ulisses Correia e Silva e reforça a busca por parcerias que respeitem a autonomia nacional. Em 2024, declarações do então chefe de governo português, Luís Montenegro, reacenderam o debate sobre uma eventual aproximação com a Aliança, especialmente após manobras da organização no arquipélago. No entanto, diante da instabilidade política vivida naquele ano, agravada por pressões econômicas e ambientais, o governo do país africano passou a priorizar iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco na economia azul e em investimentos estratégicos. Um dos marcos desse esforço foi a assinatura de um acordo com a empresa chinesa *Shaanxi Construction*, para projetos no setor turístico e de infraestrutura (EGN, 2025).

Nesse contexto, o Brasil, reconhecido por sua experiência em cooperação técnica e por sua atuação nos campos da diplomacia naval e da segurança cooperativa, apresenta-se como um parceiro estratégico para Cabo Verde (Nobrica, 2025; Violante, 2017).

3.3 CABO VERDE E AS DISPUTAS NO ATLÂNTICO

Cabo Verde, mesmo sendo um país pequeno e com recursos limitados, vem construindo uma imagem positiva no exterior. A estabilidade de seu sistema político, o compromisso com a democracia e a atuação responsável de suas instituições têm chamado a atenção de diferentes parceiros internacionais. Essas qualidades explicam o porquê de o arquipélago ter passado a ser visto como referência no Atlântico Médio, especialmente por sua capacidade de dialogar com blocos distintos e de atuar em vários fóruns regionais (Cabo Verde, 2022a; ONU, 2021).

Desde 2007, a União Europeia (UE) mantém com Cabo Verde uma relação diferenciada, que reconhece o papel do país no controle de rotas migratórias e na manutenção do diálogo político com parceiros africanos. Já os EUA valorizam sua

atuação institucional estável e destacam os acordos firmados com o *Millennium Challenge Corporation* (MCC)¹⁴, além da forte presença de cabo-verdianos em estados americanos como Massachusetts e Rhode Island, que ajudam a manter vínculos sociais e econômicos entre os dois países (EUA, 2023a).

Para a China, Cabo Verde representa mais do que um simples parceiro africano. O país insular vem sendo incorporado à sua estratégia de inserção no Atlântico como ponto de apoio logístico e diplomático. Por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC)¹⁵, o governo chinês tem financiado obras de infraestrutura, projetos na área da saúde e programas de formação técnica, apostando em uma presença pautada por influência e cooperação, marcas do chamado *smart power*, sem recorrer à instalação de bases militares ou à projeção de força direta (FOCAC, 2021).

Com o passar dos anos, o vínculo com Portugal permanece sólido, não apenas em virtude dos laços históricos e culturais, mas também devido aos acordos firmados no âmbito da CPLP e por diversas iniciativas de cooperação nos setores jurídico, educacional e da defesa. Essas iniciativas mantêm Portugal próximo de Cabo Verde e ajudam a fortalecer uma relação construída ao longo do tempo, marcada por confiança e cooperação mútua (Portugal, 2023a).

Segundo Nogueira (2018), o Brasil, por sua vez, vê Cabo Verde como um dos seus parceiros prioritários no Atlântico Sul, reconhecendo no arquipélago uma posição estratégica de relevância fundamental para o entorno marítimo sul-atlântico, especialmente pela sua vinculação histórica e cultural com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP).

¹⁴ A Corporação Desafio do Milênio (tradução nossa), em inglês, *Millennium Challenge Corporation* (MCC), firma acordos de cinco anos chamados *Compacts* (compactos) com países elegíveis, objetivando financiar programas específicos voltados à redução da pobreza e à promoção do crescimento econômico. O modelo adotado pela MCC baseia-se em princípios como a responsabilidade nacional (*country ownership*), segundo o qual a ajuda é mais eficaz quando o país parceiro assume protagonismo no seu próprio desenvolvimento. O processo de elaboração desses acordos prioriza a transparência e a prestação de contas, com ênfase na coleta e uso de dados relevantes, definição de metas mensuráveis, incorporação de lições aprendidas e inclusão de mecanismos de monitoramento e avaliação desde a fase de concepção dos projetos (EUA, 2023a).

¹⁵ O lançamento do FOCAC, em outubro de 2000, marcou a institucionalização formal das relações entre a China e os países africanos. Realizado em Pequim sob a liderança do presidente Jiang Zemin, o evento reuniu representantes de 44 Estados africanos, 80 ministros chineses e delegações de 17 organismos internacionais e regionais, consolidando-se como uma plataforma estruturada de diálogo político, consulta mútua e coordenação periódica entre as partes, com encontros programados a cada três anos (Corrêa, 2021, p.45).

Essa forma de inserção internacional favorece Cabo Verde ao ampliar seu espaço de negociação com parceiros diversos, atraindo investimentos e abrindo caminhos para novas formas de cooperação técnica. Portanto, em um mundo assolado pela disputa por influência, a boa conduta do país configura uma vantagem competitiva, atuando, simultaneamente, como escudo simbólico de estabilidade e diferencial estratégico no tabuleiro atlântico.

3.4 A POLÍTICA EXTERNA CABO-VERDIANA

Cabo Verde exerce sua política externa de maneira pragmática, pautada pelo respeito ao direito internacional, pelo multilateralismo e pela busca de projeção estratégica. Sua condução está a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional (MNECIR) em articulação direta com a Presidência da República, o Primeiro-Ministro e ministérios setoriais como os da Defesa, Economia e Educação (Cabo Verde, 2025a).

Um aspecto decisivo nas relações externas de Cabo Verde é o peso da sua diáspora. Estima-se que haja mais cabo-verdianos vivendo fora do país do que em seu território, o que faz com que a emigração tenha um impacto muito além dos laços familiares. Por meio de remessas, iniciativas econômicas, intercâmbio cultural e participação social, essas comunidades ajudam a manter conexões com países de fora do continente africano e reforçam a presença internacional do arquipélago (Andrade, 2016).

Além da diplomacia tradicional, a política externa cabo-verdiana vem sendo norteadada por diretrizes internas de desenvolvimento, como o PEDS II, vigente para o período 2022–2026. O intuito desse plano é articular a inserção internacional às metas internas de segurança marítima, conectividade, transição energética e robustecimento institucional (Cabo Verde, 2022a).

Nesse diapasão, Cabo Verde mostra-se ávido em participar ativamente de variadas organizações multilaterais, como a CEDEAO e a CPLP. Essa empreitada revela uma estratégia de inserção em diferentes núcleos de poder, possibilitando ao país exercer influência diplomática, mesmo apresentando limitações materiais (Violante, 2017).

A diversificação, grande marca da política externa do arquipélago, não representa neutralidade passiva ou equidistância ingênua, mas sim uma postura de

adaptação flexível às circunstâncias do SI. Nesse quadro de inserção pragmática, ao cultivar boas relações com distintos atores, incluindo China, EUA, Brasil e Portugal, Cabo Verde consegue ampliar sua margem de negociação, diversificar parcerias e evitar dependências excessivas. Trata-se de uma expressão concreta de sua agenda diplomática, na qual esse Estado, de reduzidas dimensões, atua efetivamente na idealização de suas prioridades e na formação de alianças geopolíticas importantes.

3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Apesar de sua pequena extensão territorial e da escassez de recursos naturais, Cabo Verde passou a ocupar um lugar de destaque no cenário geoestratégico. Sua posição entre a África, a Europa e as Américas, em um ponto de encontro de importantes LCM, confere-lhe relevância crescente. Com o tempo, ficou claro que essa importância não se limita à geografia. O país tem se mostrado ativo nas discussões internacionais, com uma atuação externa marcada por serenidade e firmeza.

No campo da segurança marítima, por exemplo, em vez de se deixar limitar por dificuldades materiais, Cabo Verde optou por investir em alianças estratégicas e em presença regular nos fóruns de cooperação. Essa decisão fortaleceu sua capacidade de vigilância e resposta e, ao mesmo tempo, garantiu ao país um lugar respeitado nas discussões sobre a governança dos oceanos.

O pragmatismo da política externa cabo-verdiana, por sua vez, não significa passividade. Ao contrário, trata-se de uma diplomacia ajustada à realidade doméstica, mas ambiciosa em seus objetivos. E é justamente essa combinação que será explorada no próximo capítulo, ao se estudar o relacionamento de Cabo Verde com três dos atores extrarregionais selecionados para pesquisa: China, EUA e Portugal. Portanto, a análise da inserção atlântica do país insular africano confirma que a geografia, por si só, não garante protagonismo, mas a forma como o país tem sabido projetar estabilidade, atrair cooperação e gerir sua vulnerabilidade marítima o posiciona como um modelo de resiliência e adaptabilidade, atributos cada vez mais valorizados no tabuleiro geopolítico internacional.

4 RELAÇÕES BILATERAIS DE CABO VERDE COM CHINA, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E PORTUGAL: COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA E DISPUTAS POR INFLUÊNCIA

4.1 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CABO VERDE E CHINA

4.1.1 Marcos diplomáticos e expansão da parceria

A presença chinesa em Cabo Verde se desenvolve sob múltiplas dimensões, articulando instrumentos típicos do *soft power*, como educação, cultura e cooperação econômica, com iniciativas que denotam interesses estratégicos de longo prazo. Apesar de o arquipélago não possuir grandes recursos naturais, sua localização privilegiada no Atlântico e a estabilidade política do país tornam-no um ponto de atração singular no contexto africano, o que explica a manutenção de uma relação fluida e ascendente com Pequim, desde os anos 1990 (Tavares, 2010; Violante, 2017).

Nos últimos anos, diversos estudos têm ressaltado o papel de Cabo Verde como plataforma da inserção sino-lusófona no Atlântico Sul, com destaque para os vínculos linguísticos e institucionais com os países de língua portuguesa. A criação do Fórum de Macau¹⁶, em 2003, foi um marco dessa estratégia, reforçando os mecanismos de cooperação econômica multilateral e impulsionando a presença chinesa por meio de eventos empresariais, financiamentos e iniciativas culturais. Cabo Verde sediou três encontros comerciais multilaterais entre a China e os países lusófonos, entre 2008 e 2017, consolidando-se como elo entre Ásia e África em língua portuguesa (Madeira, 2016; Fórum de Macau, 2023).

Essa posição é complementada por acordos bilaterais voltados à infraestrutura, energia, urbanismo e saúde pública. Em 2023, por exemplo, o governo chinês

¹⁶ O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, conhecido como Fórum de Macau, foi estabelecido em outubro de 2003 por iniciativa do governo central chinês. Trata-se de um mecanismo multilateral de coordenação intergovernamental, organizado pelo Ministério do Comércio da China, com o apoio do governo da Região Administrativa Especial de Macau e em parceria com nove países de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Seu principal objetivo é fortalecer os vínculos econômicos e comerciais entre a China e esses países, consolidando Macau como plataforma de cooperação e promovendo o desenvolvimento conjunto do interior da China, dos países lusófonos e da própria região administrativa especial (Fórum de Macau, 2023).

anunciou o repasse de cerca de 200 milhões de yuans (aproximadamente 27 milhões de dólares) para projetos considerados prioritários pelo governo cabo-verdiano, incluindo energias renováveis, segurança pública, formação técnica e requalificação urbana (Fórum de Macau, 2023). Nesse mesmo diapasão, em janeiro de 2025, foi firmado outro Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, no valor de 200 milhões de Yuans, equivalente a 28,5 milhões de dólares (Cabo Verde, 2025b).

Segundo Moreira (2022), Cabo Verde também tem sido percebido como parceiro simbólico e funcional para a estratégia chinesa de conexão entre continentes. Embora Cabo Verde não figure entre os protagonistas formais da *Belt and Road Initiative* (BRI)¹⁷ ou Iniciativa Cinturão e Rota, acompanha de forma atenta os desdobramentos da iniciativa no continente. A ampla adesão africana à BRI, com exceção de poucos países como São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e República Democrática do Congo, reflete o peso crescente da conectividade patrocinada por Pequim. A aposta chinesa em infraestrutura logística e corredores marítimos reforça o valor geoestratégico de PEID, como Cabo Verde, cuja localização em cruzamentos intercontinentais o credencia como plataforma simbólica e funcional de apoio à empreitada chinesa (Gomes Junior, 2020).

No plano educacional e cultural, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) mantém parcerias com universidades chinesas, inclusive por meio do Instituto Confúcio¹⁸, cuja atuação se consolidou a partir de 2015 (Andrade, 2021). A oferta de bolsas de estudo, intercâmbios técnicos e eventos conjuntos tem ampliado os canais de influência sino-cabo-verdianos, formando quadros profissionais com forte ligação

¹⁷ A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) está estruturada em dois grandes eixos complementares: o terrestre, conhecido como *Silk Road Economic Belt* ou Cinturão Econômico da Rota da Seda (tradução nossa) que visa conectar a China às regiões do Sudeste, Sul e Centro da Ásia, estendendo-se até a Rússia e a Europa; e o eixo marítimo, denominado *21st Century Maritime Silk Road* ou Rota da Seda Marítima do Século XXI (tradução nossa), que busca fortalecer os laços logísticos e comerciais com países do Sudeste Asiático, Oriente Médio, África e Europa, incluindo a região do Golfo da Guiné. Entre as prioridades declaradas da iniciativa estão a coordenação política, a integração financeira, a facilitação do comércio, a conectividade em infraestrutura e a aproximação entre os povos. Nesse contexto, observa-se um volume expressivo de investimentos chineses em projetos de infraestrutura estratégica, como portos, aeroportos, ferrovias e sistemas avançados de telecomunicação (Moreira, 2022, p.29).

¹⁸ Os Institutos Confúcio são instituições educacionais sem fins lucrativos, estabelecidas conjuntamente por instituições chinesas e parceiras estrangeiras com base nos princípios de respeito mútuo, consulta amigável, igualdade e benefício recíproco. A criação desses Institutos deve, primeiramente, ser solicitada de forma voluntária pelas instituições estrangeiras (tradução nossa). Disponível em: <https://ci.cn/en/gywm#:~:text=Instituto%20Conf%C3%BAcio&text=Os%20Institutos%20Conf%C3%BAcio%20s%C3%A3o%20institui%C3%A7%C3%B5es,amig%C3%A1vel%2C%20igualdade%20e%20benef%C3%ADcio%20m%C3%BAtuo>.

institucional e afetiva com a China. Tais ações reforçam a imagem de Cabo Verde como um “elo diplomático” viável entre a China e PALOP (Shi, 2024).

Finalmente, vale destacar que, mesmo ampliando os vínculos com a China, a política externa cabo-verdiana preserva sua autonomia e pluralidade. Conforme destacam Costa e Pinto (2014) e Madeira (2016), o país combina discurso multilateralista com pragmatismo político, mantendo liberdade para negociar com múltiplos centros de poder. O próprio engajamento no FOCAC, principal plataforma de concertação China–África, tem sido acompanhado de participações ativas em fóruns ocidentais, em clara demonstração da estratégia de não alinhamento automático que caracteriza a diplomacia cabo-verdiana.

4.1.2 Os instrumentos de influência chinesa

A atuação chinesa em Cabo Verde combina diferentes formas de poder, articulando elementos de atração simbólica com aportes financeiros e obras estruturantes. Essa lógica de influência remete ao conceito de *smart power*, conforme proposto por Nye (2011), no qual a força e o convencimento são calibrados segundo os objetivos estratégicos e o contexto local. Em vez de depender de presença militar direta, a China mobiliza instrumentos diversos, como infraestrutura, educação e cooperação técnica, para projetar poder de forma indireta, mas eficaz.

No campo da infraestrutura, a presença chinesa é especialmente visível. O país asiático financiou a construção do *campus* da Uni-CV, hospitais, sedes governamentais e equipamentos urbanos estratégicos, como o Estádio Nacional e a Maternidade do Hospital Agostinho Neto (Violante, 2017; Tavares, 2010). Essas intervenções não apenas suprem carências históricas do arquipélago, como também consolidam vínculos institucionais duradouros. Trata-se de um exemplo clássico de *hard power* não militar, centrado na obra pública como vetor de influência.

Por sua vez, a vertente de *soft power* manifesta-se, principalmente, nos setores da educação e da cultura. Desde 2015, a atuação do Instituto Confúcio tem sido ampliada, com oferta de bolsas de estudo, intercâmbios universitários e parcerias acadêmicas com a Uni-CV. Como observa Andrade (2021), essas iniciativas contribuem para formar profissionais com familiaridade com o idioma e a cultura chinesa, ampliando a aceitação local da presença de Pequim. No entanto, há limites. A autora ressalta que barreiras linguísticas, padrões pedagógicos distintos e o

distanciamento cultural ainda dificultam uma integração plena da influência chinesa na sociedade cabo-verdiana.

Além disso, parte da literatura destaca efeitos colaterais do modelo chinês de cooperação. Tavares (2010) aponta críticas recorrentes da sociedade civil cabo-verdiana, especialmente quanto à contratação de mão de obra estrangeira, à ausência de licitações competitivas e à baixa exigência de contrapartidas sociais. Esses aspectos alimentam percepções de assimetria na relação, exigindo maior capacidade regulatória por parte do Estado para preservar seus interesses estratégicos.

No domínio da segurança marítima, a cooperação também tem se intensificado. Em 2012, foi assinado um acordo bilateral que viabilizou a entrega de embarcações e equipamentos militares, reforçando a capacidade da GCCV (Violante, 2017; Corrêa, 2021). Embora modesta em comparação com o apoio fornecido por parceiros ocidentais, a atuação chinesa nesse campo evidencia uma inflexão estratégica: utilizar doações técnicas para consolidar presença e fortalecer vínculos em áreas sensíveis.

Essa forma ampliada de influência, que integra infraestrutura crítica, apoio técnico, educação e doações militares, espelha a racionalidade estratégica chinesa em PEID. Ao priorizar projetos de alto impacto e visibilidade, a China molda o ambiente de cooperação conforme seus interesses, sem necessidade de coerção direta. Trata-se de uma atuação que confere centralidade ao *smart power* como instrumento preferencial, tanto no plano material quanto simbólico, evidenciando a sofisticação da inserção chinesa em Cabo Verde.

4.1.3 Presença marítima e projetos de conectividade

A dimensão marítima da presença chinesa em Cabo Verde tem ganhado centralidade nos últimos anos, sobretudo em razão dos investimentos em infraestrutura portuária e sistemas logísticos digitais. O apoio técnico-financeiro à modernização dos portos de Mindelo e Praia tem sido conduzido por empresas estatais chinesas, com foco na digitalização de processos aduaneiros, rastreamento de cargas e integração de cadeias logísticas. Essa atuação posiciona o arquipélago como plataforma de conexão intercontinental, reforçando sua inserção como *hub* de conectividade no Atlântico (Tavares, 2010).

Esse modelo de cooperação apresenta ganhos evidentes de eficiência, mas também suscita preocupações quanto à soberania informacional e à dependência

tecnológica. Como observa Tavares (2010), o domínio estrangeiro sobre sistemas sensíveis pode afetar a segurança marítima, não apenas pelo controle físico dos ativos, mas pela centralização dos fluxos de dados operacionais. Mesmo sem presença militar ostensiva, a China molda, assim, o ambiente estratégico por meio da gestão civil de infraestrutura crítica, o que se alinha à lógica do *smart power* (Nye, 2011), voltado à influência indireta e à construção de dependências funcionais.

Ademais, a inserção africana na BRI tem ocorrido predominantemente por meio da *21st Century Maritime Silk Road*, com investimentos chineses em mais de 100 portos, dos quais 46 se localizam na África e 13 na região do Golfo da Guiné. Como destacam Moreira (2022) e Gomes Junior (2020), tais empreendimentos não apenas facilitam o comércio, como também ampliam a presença estratégica da China por meio de ativos de uso dual, inclusive em cenários de apoio logístico naval, como já evidenciado pela instalação de base em Djibouti.

Para Cabo Verde, a modernização portuária patrocinada por Pequim insere-se nessa lógica mais ampla: constitui instrumento de influência geopolítica por meio da infraestrutura crítica, sem necessidade de presença militar ostensiva (Gomes Junior, 2020; Moreira, 2022). Conforme já mencionado, embora Cabo Verde não esteja formalmente entre os signatários da BRI, sua inclusão simbólica como parceiro funcional tem sido reforçada por projetos como o da Zona Econômica Especial da ilha de São Vicente (Moreira, 2022; Fórum de Macau, 2019).

Essa atuação insere-se no que Geoffrey Till (2018) denomina como expansão das funções cooperativas do poder naval, na qual os meios civis, como obras portuárias, monitoramento logístico e cooperação técnica, tornam-se instrumentos de projeção estratégica. A China, nesse contexto, age como uma *marinha de influência* indireta, moldando a arquitetura marítima regional por meio da construção de infraestruturas, doações técnicas e apoio institucional. Essa categoria, utilizada nesta tese com base interpretativa na obra de Till, descreve formas contemporâneas de atuação externa voltadas à presença simbólica, ao suporte técnico e à estabilização de alianças, mesmo sem o emprego de esquadras navais.

Exemplo concreto dessa inflexão foi a entrega de dois navios-patrolha pela China à GCCV, em 2015, bem como o fornecimento de equipamentos militares nos anos seguintes. Embora o montante envolvido, estimado em mais de 38 milhões de euros, esteja abaixo do apoio concedido por parceiros como os EUA, tais iniciativas

refletem a crescente presença chinesa na esfera da segurança marítima africana (Violante, 2017; Gomes Junior, 2020).

Nesse cenário, a atuação chinesa combina presença portuária, cooperação técnico-naval e domínio informacional, compondo um padrão de influência ampliada que transcende a clássica dicotomia entre civil e militar. O caso cabo-verdiano mostra, assim, que a política externa chinesa incorpora múltiplos instrumentos de projeção no espaço atlântico, adaptando-se às sensibilidades locais, às vulnerabilidades do parceiro e aos interesses estratégicos de longo prazo.

4.1.4 A percepção cabo-verdiana da parceria com a China

A percepção da parceria sino-cabo-verdiana é marcada por uma dualidade que atravessa o campo governamental, a sociedade civil e o meio acadêmico. No plano oficial, o governo de Cabo Verde expressa reiteradamente uma avaliação positiva da cooperação com a China. Segundo o MNECIR, a relação bilateral baseia-se no respeito mútuo, na não interferência e na convergência de interesses em áreas como infraestrutura, educação, saúde e energias renováveis, pilares que consolidam a confiança política entre os dois países (Cabo Verde, 2025b).

Essa leitura institucional é reforçada pela participação ativa de Cabo Verde no Fórum de Macau e no FOCAC, ambientes multilaterais nos quais o país tem buscado destacar-se como interlocutor lusófono e parceiro confiável na África Ocidental (Fórum de Macau, 2023). A estabilidade política do arquipélago, somada à sua inserção internacional pragmática, contribui para essa imagem favorável, que sustenta a atratividade de Cabo Verde como “plataforma de confiança” para a atuação chinesa no Atlântico (Madeira, 2016; Shi, 2024).

Contudo, no âmbito da sociedade civil, emergem percepções mais ambivalentes. Relatos colhidos por Tavares (2010) e Andrade (2021) apontam para um misto de gratidão pelos benefícios materiais trazidos pela cooperação, como hospitais, escolas, estádios e bolsas de estudo, e desconfiança quanto à transparência dos contratos, à durabilidade das obras e ao real impacto econômico sobre o mercado de trabalho local. Muitos pequenos empreendedores e trabalhadores informais expressam preocupações com a presença de empresas chinesas, especialmente no tocante à contratação de mão de obra estrangeira e à concorrência percebida como desleal.

Essas tensões também se refletem no campo acadêmico. Embora os programas educacionais sejam amplamente valorizados, sobretudo aqueles intermediados pelo Instituto Confúcio e pela Uni-CV, há críticas quanto à falta de reciprocidade institucional e às dificuldades enfrentadas por estudantes cabo-verdianos na China, incluindo barreiras linguísticas, culturais e de adaptação social (Andrade, 2021). Tais desafios limitam o alcance pleno do *soft power* chinês, sugerindo que sua penetração simbólica ainda encontra obstáculos relevantes na sociedade cabo-verdiana.

Mesmo diante dessas reservas, prevalece no governo uma postura estratégica de valorização da parceria, sem adesão automática nem dependência estrutural. Conforme demonstra Violante (2017), Cabo Verde tem buscado maximizar os benefícios da cooperação com a China sem comprometer sua autonomia decisória, mantendo margem de manobra para estabelecer vínculos paralelos com outras potências. Trata-se de uma racionalidade diplomática pragmática, que opera na lógica da diversificação e do não alinhamento, característica típica de PEID em ambientes geopolíticos complexos.

Além da percepção interna, o reconhecimento internacional de Cabo Verde como parceiro confiável também reforça a atratividade do país para a China. Ramos (2016) assinala que organismos multilaterais, frequentemente, utilizam o caso cabo-verdiano como exemplo de boa governança, planejamento estratégico e institucionalidade democrática no contexto africano. Isso confere ao arquipélago um valor simbólico adicional, projetando-o como espaço viável para experimentações diplomáticas de perfil cooperativo, inclusive no campo da política externa chinesa voltada à África.

4.1.5 Cabo Verde e China: Considerações Parciais

A análise das relações sino-cabo-verdianas evidencia uma parceria multissetorial, em crescimento e marcada por alta densidade estratégica. A presença chinesa no país africano ultrapassa os limites do comércio e da infraestrutura, articulando elementos clássicos do *soft power*, como cultura, educação e cooperação técnica, com instrumentos de *hard power* civil, como financiamento de obras e doações de equipamentos, sem recorrer a meios militares convencionais. Essa combinação deliberada reflete a racionalidade do *smart power* (Nye, 2011), aplicada

ao contexto de um pequeno país insular, sensível à atração simbólica e à influência material.

O investimento da China em Cabo Verde manifesta-se de forma visível na paisagem urbana e nos serviços públicos, mas também se projeta nos domínios marítimos e logísticos. As iniciativas voltadas à modernização portuária, digitalização aduaneira e apoio à segurança marítima, inclusive com a doação de navios-patrolha, sugerem uma estratégia coerente com as funções cooperativas da marinha moderna, tal como descritas por Till (2018). Nessa lógica, a atuação chinesa em Cabo Verde configura-se como expressão de uma *marinha de influência*, conceito interpretativo adotado nesta tese para designar a presença simbólica, institucional e logística de potências navais em tempos de paz, mesmo sem o emprego direto da força.

Observa-se, ainda, que a cooperação sino-cabo-verdiana se insere na estratégia maior da República Popular da China para o Atlântico Sul, tendo como eixo a *21st Century Maritime Silk Road*. Embora o arquipélago não esteja formalmente integrado à BRI, sua localização geográfica, sua estabilidade institucional e seus laços com o espaço lusófono conferem-lhe valor geopolítico singular, seja como entreposto logístico, seja como plataforma diplomática.

Do ponto de vista de Cabo Verde, a parceria com a China é absorvida de forma pragmática, sem comprometer a autonomia externa. A diplomacia cabo-verdiana tem operado segundo uma lógica de diversificação de alianças, na qual a ampliação de vínculos com a China não impede a manutenção de laços com atores ocidentais e organismos multilaterais. Essa capacidade de articulação seletiva reforça a imagem do país como interlocutor flexível e funcional no espaço atlântico-africano.

Conclui-se, portanto, que a atuação chinesa em Cabo Verde, embora não marcada pela presença naval direta, produz efeitos duradouros sobre a infraestrutura crítica, a formação de elites e a inserção externa do país. Esse modelo de cooperação estruturado, cumulativo e adaptado às características do parceiro, servirá de base para o contraste analítico com as outras parcerias bilaterais a serem examinadas.

4.2 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CABO VERDE E EUA

4.2.1 Histórico da parceria e prioridades estratégicas

As relações entre Cabo Verde e os EUA remontam ao século XVIII, quando baleeiros norte-americanos passaram a frequentar a costa cabo-verdiana, originando os primeiros fluxos migratórios rumo à Nova Inglaterra. Desde então, comunidades cabo-verdianas se consolidaram em estados como Massachusetts e Rhode Island, formando uma diáspora estimada em quase meio milhão de pessoas, número que rivaliza com a própria população residente nas ilhas. Compostas, inicialmente, por marinheiros e trabalhadores da indústria baleeira, essas redes migratórias evoluíram para núcleos ativos de intercâmbio cultural, afetivo e político, com forte impacto na construção da parceria bilateral (EUA, 2023b). Segundo Andrade (2016), além de sua função simbólica e afetiva, a diáspora tem atuado como instrumento de promoção internacional de Cabo Verde, mobilizando redes culturais e acadêmicas que facilitam a cooperação bilateral e projetam uma imagem positiva do país junto à sociedade civil e às instituições norte-americanas.

Destacando-se entre os primeiros países a apoiar reformas estruturais no arquipélago, os EUA têm sido um parceiro relevante para Cabo Verde. Por meio da MCC, foram firmados dois grandes acordos, em 2005 e 2012, voltados a áreas estratégicas como educação, transporte, saneamento e gestão de recursos hídricos. Tais investimentos não apenas ampliaram a infraestrutura nacional, como também tiveram efeitos visíveis no cotidiano de milhares de cabo-verdianos. O diferencial do modelo MCC reside na ênfase ao protagonismo local, à definição de metas mensuráveis e à transparência nos mecanismos de execução e avaliação. O país parceiro é responsável por identificar prioridades, propor soluções e monitorar os resultados, ampliando o sentido de responsabilidade compartilhada no processo de desenvolvimento (EUA, 2023a, 2023c).

A percepção dos EUA como um parceiro confiável em Cabo Verde foi sendo consolidada ao longo dos últimos anos, sobretudo após a entrada em vigor do *Status of Forces Agreement* (SOFA)¹⁹, em 2018. O apoio norte-americano tem sido conduzido com base em regras claras, respeito às instituições locais e valorização da transparência, atributos que reforçam a credibilidade dos EUA como aliado estratégico no contexto africano (EUA, 2023b).

No campo da segurança, o arquipélago passou a ocupar um lugar de destaque nas prioridades de Washington, não apenas por sua estabilidade interna, mas também

¹⁹ Acordo sobre o *Status* das Forças (tradução nossa).

por sua localização singular entre importantes LCM do Atlântico e os corredores de tráfico ilícito da África Ocidental. Reconhecendo esse papel geoestratégico, os EUA têm ampliado a sua presença no país sem recorrer à instalação de bases permanentes. Em vez disso, optam por uma cooperação técnica baseada em treinamentos conjuntos, intercâmbios operacionais e fornecimento de equipamentos como lanchas-patrolha, sistemas de monitoramento costeiro e ferramentas para combate ao crime organizado (Cabo Verde, 2025c; EUA, 2023d).

Essa abordagem gradual e colaborativa ilustra com precisão a noção de *smart power* proposta por Nye (2011), ao combinar recursos tangíveis com estratégias de influência sustentadas pela confiança mútua. Em vez de impor agendas externas, os EUA costumam apoiar projetos definidos em parceria com as autoridades locais, promovendo uma lógica de corresponsabilidade. Essa postura tem sido bem acolhida em Cabo Verde, pois preserva a soberania nacional ao mesmo tempo em que fortalece as capacidades de resposta em áreas sensíveis, como a vigilância marítima, a gestão de riscos e o combate transnacional ao narcotráfico (Cabo Verde, 2025c; EUA, 2023b).

Na área da educação e do intercâmbio cultural, mais de 40 cabo-verdianos receberam bolsas do *Fulbright Program*²⁰ desde 2003, entre os quais se destacam nomes como as professoras Eufémia Vicente Rocha e Sónia Semedo, selecionadas como *visiting scholars*²¹ para o biênio 2023–2025 (EUA, 2023e). Em paralelo, representantes cabo-verdianos têm participado regularmente do *International Visitor Leadership Program (IVLP)*²², como ocorreu em 2019 com a inclusão do país no módulo lusófono do *Edward R. Murrow Program for Journalists*²³ (EUA, 2023f). Tais

²⁰ O Programa Fulbright (tradução nossa do inglês *Fulbright Program*), é financiado pelo Escritório de Assuntos Educacionais e Culturais (tradução nossa do inglês *Bureau of Educational and Cultural Affairs*) do Departamento de Estado dos EUA e operacionalizado pelo Instituto de Educação Internacional (tradução nossa do inglês *Institute of International Education*). Informações específicas sobre as bolsas destinadas a Cabo Verde estão disponíveis em: <https://fulbrightscholars.org/country/cape-verde>. Acesso em: 14 mai. 2025.

²¹ Professoras visitantes (tradução nossa).

²² O Programa de Liderança de Visitantes Internacionais (tradução nossa do inglês *International Visitor Leadership Program*), é o principal programa de intercâmbio profissional do Departamento de Estado norte-americano, coordenado pelo ECA em parceria com entidades executoras, como a organização sem fins lucrativos Parcerias Mundiais S.A. (tradução nossa do inglês *World Partnerships Inc.*). Detalhes sobre edições que incluíram participantes cabo-verdianos podem ser consultados em: <https://www.worldpartnerships.org/2019-ivlp-professional-programs.html>. Acesso em: 14 mai. 2025.

²³ Criado em 2006 pelo Departamento de Estado dos EUA como módulo temático do IVLP, o Programa para Jornalistas Edward R. Murrow (tradução nossa do inglês *Edward R. Murrow Program for Journalists*), reúne, anualmente, jornalistas emergentes de dezenas de países para um roteiro de três semanas nos EUA. O programa combina workshops acadêmicos, visitas a redações, encontros com

iniciativas refletem a lógica da diplomacia pública e se alinham à noção de *soft power* descrita por Nye (2011), ao promover experiências formativas nos EUA, estimular redes de confiança e reforçar a imagem do país como parceiro socialmente engajado.

Por derradeiro, a diáspora cabo-verdiana nos EUA, estimada em cerca de 400 mil pessoas, permanece como elo vital entre as duas sociedades. Além do capital humano e das redes transnacionais criadas, destaca-se o papel das remessas, que representaram 11,5% do PIB cabo-verdiano em 2022 (Banco Mundial, 2024). Ao reconhecer e valorizar institucionalmente esse ativo geopolítico, Washington e Praia consolidam uma narrativa de comunidade ampliada, sustentada por laços históricos e por valores compartilhados, inclusive em agendas sensíveis como a segurança marítima, tema da seção seguinte.

4.2.2 Segurança marítima e cooperação institucional

A segurança no mar tornou-se uma prioridade na cooperação entre os Estados Unidos e Cabo Verde, motivada pela pesca INN, pelo tráfico de entorpecentes e pela exposição das LCM no Atlântico Médio (Corrêa, 2021). Desde 2007, com a criação do Comando dos Estados Unidos para a África ou *United States Africa Command* (U.S. AFRICOM)²⁴, os EUA organizaram uma abordagem estruturada de apoio à segurança, combinando formação especializada, doação de meios navais e participação em exercícios conjuntos, como o *Obangame Express*²⁵ e o *Saharan Express* (Corrêa, 2021; EUA, 2023d).

Nessas atividades, a GCCV tem atuado lado a lado com marinhas de outros países, realizando missões conjuntas de patrulha, inspeções embarcadas e simulações operacionais. Tais exercícios contribuem para aumentar a

universidades, ONGs e órgãos governamentais, discutindo liberdade de imprensa, ética jornalística, combate à desinformação e o papel da mídia em sociedades democráticas.

²⁴ Estabelecido em 2007, o U.S. AFRICOM tem como missão enfrentar ameaças transnacionais e atores considerados hostis, apoiar o fortalecimento institucional das forças de segurança locais e atuar em contextos de crise. Suas ações buscam conciliar os interesses estratégicos dos EUA com a promoção da segurança, da estabilidade e do desenvolvimento na região africana (EUA, 2023c).

²⁵ O *Obangame Express*, considerada o mais amplo exercício multinacional de segurança marítima na costa ocidental africana, tem como objetivo principal fomentar a cooperação entre os países da região por meio de práticas conjuntas de busca e salvamento, partilha de informações e ações coordenadas de interdição marítima. O termo *Obangame* significa “estar junto”, no idioma Fang, e simboliza o espírito colaborativo do exercício. Desde 2014, essa iniciativa também tem servido como plataforma para testar a eficácia da Estratégia Marítima da África Central e Ocidental, especialmente no que se refere ao funcionamento dos Centros de Operações Nacionais e Regionais criados sob o Código de Conduta de Yaoundé (Corrêa, 2021, p. 39–40).

interoperabilidade, fortalecer laços de confiança e aprimorar a resposta coordenada frente a ameaças transnacionais. Paralelamente, a cooperação bilateral tem sido reforçada pelo fornecimento de recursos materiais, como embarcações de patrulha, radares costeiros e unidades móveis de vigilância, elementos que ampliam as capacidades técnicas do país sem ferir a autonomia de sua política de defesa (EUA, 2018). Nesse contexto, Violante (2017, p.217 apud Tolentino, 2016) destaca: “Quanto ao COSMAR²⁶, convém lembrar que este foi criado em parceria com os EUA. Este Centro coordena e controla as ações de segurança marítima não apenas nas suas águas jurisdicionais, mas em toda a costa ocidental”.

Sendo assim, a estratégia de apoio norte-americana está em consonância com o conceito de *smart power* formulado por Nye (2011), ao agregar recursos de *hard power*, tais como materiais e treinamento militares, com ferramentas de *soft power* pautados no respeito institucional e no reconhecimento da legitimidade local, reforçando a posição dos EUA como parceiro que promove segurança por meio da capacitação e não pela imposição.

Na perspectiva teórica de Till (2018), essa parceria se encaixa nas funções de *ação benigna* e *ação cooperativa* das marinhas modernas²⁷. A primeira diz respeito à repressão de crimes no mar e à manutenção da ordem; a segunda, ao apoio técnico a países aliados. Cabo Verde, mesmo sem possuir uma marinha convencional, exerce essas funções por meio de sua Guarda Costeira, cuja capacidade foi significativamente ampliada com o apoio norte-americano. Essa realidade, quando analisada à luz da presente pesquisa, pode ser interpretada como um exemplo de *marinha de influência*, conceito aqui proposto para descrever formas de presença estratégica não impositiva, mas duradoura, que geram confiança, reforçam alianças e favorecem a articulação de interesses comuns.

Corrêa (2021) afirma que a presença de embarcações estrangeiras na costa oeste africana, por meio de comissões prolongadas, tem facilitado a coordenação das atividades de segurança marítima por parte do U.S. AFRICOM. Exercícios como o *Obangame Express*, o maior da região, estimulam o compartilhamento de informações

²⁶ Centro de Operações de Segurança Marítima (Violante, 2017).

²⁷ Segundo Till (2018), marinhas modernas exercem diferentes tipos de funções além da guerra, entre elas a *ação benigna*, relacionada ao combate a crimes, ajuda humanitária e manutenção da ordem no mar, e a *ação cooperativa*, voltada ao treinamento conjunto, construção de capacidades e diplomacia naval.

e o desenvolvimento de capacidades locais, integrando centros de operação marítima e ampliando a consciência situacional na região do Golfo da Guiné.

O campo da segurança também tem sido ampliado por meio de cooperação interinstitucional. A partir de 2018, foi firmado um acordo de parceria entre a Polícia Nacional de Cabo Verde e o Departamento de Polícia de Boston, promovendo o intercâmbio de boas práticas em comunidades marcadas pela presença da diáspora. Essa articulação ganhou força com a assinatura do Acordo de Assistência Mútua Aduaneira, em 2023, voltado ao combate ao tráfico e ao fortalecimento das capacidades de vigilância de fronteiras. Mais recentemente, o estabelecimento de um programa de parceria entre a Guarda Nacional dos EUA e o Estado de Cabo Verde tem favorecido intercâmbios de natureza militar, civil e governamental, reforçando a lógica de segurança cooperativa sob múltiplos níveis (EUA, 2023b).

Além dos canais estatais, ganham destaque os laços cultivados com a comunidade cabo-verdiana que vive nos EUA, especialmente aqueles que participam ativamente de projetos locais e iniciativas de cooperação. Segundo Andrade (2016), muitos desses cidadãos, sobretudo os mais qualificados, vêm atuando como pontes entre Cabo Verde e as autoridades norte-americanas, contribuindo para estreitar relações e fortalecer a imagem do país no exterior. Essa dimensão mais ampla da cooperação, que envolve pessoas, instituições e valores compartilhados, reforça o papel dos EUA como parceiro presente e comprometido, e contribui para um vínculo duradouro voltado à segurança no Atlântico.

4.2.3 Diplomacia pública e formação estratégica

Um dos eixos estruturantes da presença estadunidense em Cabo Verde é a diplomacia pública, compreendida como o conjunto de ações que objetivam fortalecer laços por meio da educação, da cultura e da formação de lideranças. Ou seja, essa face da política externa norte-americana reflete o conceito de *soft power* (Nye, 2004), segundo o qual a influência internacional se torna mais duradoura e legítima quando se apoia na atração e na credibilidade, e não na coerção.

Entre os instrumentos mais consolidados dessa estratégia estão os programas de intercâmbio educacional, por meio dos quais são oferecidas bolsas de estudos integrais para estudantes e professores cabo-verdianos realizarem formação superior nos EUA, além de visitas de curta duração a profissionais de destaque em áreas como

justiça, governança, saúde e educação. Esses programas têm ajudado jovens dos dois países a se conhecerem melhor, trocarem experiências e criarem laços duradouros. Ao vivenciarem outras culturas e realidades, muitos participantes voltam com novas ideias e uma visão mais aberta sobre como colaborar no futuro (EUA, 2023e, 2023f).

A influência exercida pelos EUA em Cabo Verde não se resume a recursos ou apoio técnico-operacional. Com o tempo, foi se criando um clima de confiança mútua, no qual as duas nações passaram a compartilhar valores e formas parecidas de pensar sobre temas como segurança, cooperação e desenvolvimento. Dessa forma, a cooperação estadunidense tem contribuído para a formação de uma linguagem comum, alicerçada em referências políticas, culturais e institucionais que facilitam o entendimento recíproco e aproximam os dois países em termos diplomáticos e sociais (EUA, 2023e).

Essa estratégia encontra respaldo na tipologia do *soft power* (Nye, 2011), tendendo a ser mais exitosa quando há afinidade entre os valores praticados por quem exerce a influência e as expectativas dos que a recebem. Em complemento, a coerência e a legitimidade percebidas ao longo do tempo são essenciais para a consolidação dessa influência, transformando iniciativas pontuais em vínculos duradouros.

Em Cabo Verde, que conta com uma população cada vez mais urbana, interconectada e atenta às possibilidades de inserção no cenário global, esse tipo de atuação encontra terreno fértil, especialmente entre os jovens. Portanto, a educação tem se revelado uma via promissora de cooperação. Em 2024, a Uni-CV recebeu delegações norte-americanas interessadas em ampliar os convênios acadêmicos em áreas como saúde pública, engenharia ambiental, administração e tecnologia da informação (Uni-CV, 2024). Essas parcerias, muitas vezes articuladas com o apoio da *United States Agency for International Development* (USAID)²⁸ e da Embaixada dos EUA, têm proporcionado oportunidades de mentoria, intercâmbio técnico e formação de quadros especializados em setores estratégicos (EUA, 2024). Além disso, as Forças Armadas de Cabo Verde reconhecem que esse tipo de cooperação contribui para o fortalecimento institucional, complementando os vínculos já consolidados no

²⁸ Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (tradução nossa).

campo da defesa e da segurança marítima, sem comprometer a autonomia decisória do país (Cabo Verde, 2025c).

Mais do que ações isoladas, o que se percebe é uma estratégia de longo prazo voltada à construção de um campo de afinidade duradouro entre as duas sociedades. Ao investir na formação de lideranças, na capacitação institucional e na difusão de seus valores culturais e políticos, os EUA buscam influenciar o futuro da política e da gestão pública em Cabo Verde sem impor diretrizes. Esse tipo de atuação ajuda a criar bases sólidas para que a relação entre os dois países se mantenha próxima, confiável e voltada a resultados concretos. Como observa Nye (2004), essa é a essência do *soft power*: moldar preferências e consolidar laços por meio da admiração, da parceria e do exemplo.

Além das iniciativas institucionais promovidas pelo governo dos EUA, observa-se também o papel ativo da diáspora cabo-verdiana como instrumento informal de diplomacia. Presente em diversos estados norte-americanos, essa comunidade tem atuado como vetor de atração e reforço da imagem internacional de Cabo Verde, sobretudo por meio de redes acadêmicas, culturais e profissionais. Conforme Andrade (2016), tais redes contribuem para a intermediação de parcerias, o fortalecimento da cooperação descentralizada e a legitimação externa do país. Trata-se de uma atuação difusa, mas significativa, que complementa os canais oficiais da diplomacia pública e amplia o alcance simbólico do *soft power* cabo-verdiano.

4.2.4 A percepção cabo-verdiana da parceria com os EUA

Em geral, a cooperação com os EUA é bem avaliada pelas autoridades cabo-verdianas, principalmente no que diz respeito à cooperação em segurança marítima. Representantes do Ministério da Defesa e da GCCV, em nota oficial das Forças Armadas (Cabo Verde, 2025c) e em declaração divulgada pela Embaixada norte-americana na Praia (EUA, 2023g), elogiam o apoio norte-americano, sublinhando a utilidade dos treinamentos, a qualidade dos equipamentos e o respeito pela forma como Cabo Verde organiza suas operações.

A imagem dos EUA também é bem vista entre estudantes e professores em Cabo Verde. Programas como o *Fulbright* e o IVLP têm ajudado jovens a estudarem fora do país, ampliarem seus contatos e regressarem com novas ideias para suas

carreiras. Muitos desses participantes acabam por ocupar cargos de destaque em suas empresas por saberem lidar com ambientes internacionais e por terem aprendido formas mais modernas de trabalhar e se comunicar (EUA, 2023e, 2023f).

Do ponto de vista teórico, a aceitação dessa parceria pode ser explicada pela eficácia do *smart power*. Ao combinar apoio técnico com formação de elites e respeito à soberania, os EUA conseguem exercer influência sem despertar resistências ou provocar assimetrias constrangedoras. Como argumenta Nye (2011), o poder inteligente depende da capacidade de calibrar meios e mensagens conforme o contexto e, no caso cabo-verdiano, esse equilíbrio tem favorecido a imagem dos EUA como potência benevolente e colaborativa.

4.2.5 Cabo Verde e EUA: Considerações Parciais

O estudo torna evidente que os laços entre Cabo Verde e os EUA se sustentam tanto em conexões históricas construídas ao longo do tempo quanto por uma lógica estratégica voltada ao presente. Essa relação tem sido marcada por uma atuação norte-americana que combina instrumentos clássicos de cooperação em defesa e assistência técnica com ações voltadas à educação, à formação institucional e à diplomacia pública, o que expressa de forma clara o conceito de *smart power*, ao articular poder material e influência simbólica de maneira equilibrada e ajustada à realidade local.

Quanto à segurança marítima, os EUA têm atuado como um importante parceiro para Cabo Verde, apoiando a profissionalização de sua Guarda Costeira, liderando exercícios multinacionais e realizando treinamentos especializados. Outro aspecto importante diz respeito à inexistência de bases militares permanentes no país insular que, somada à reconhecida legitimidade da autonomia cabo-verdiana, reforçam a imagem positiva de uma potência exógena que privilegia a presença estratégica indireta. Essa forma de atuação, que se ancora na capacitação e na confiança, aproxima-se de uma lógica de *marinha de influência*, baseada na construção de alianças duradouras e na confiança mútua.

A parceria entre os EUA e Cabo Verde também tem um lado mais simbólico e cultural. Programas de intercâmbio acadêmico ajudam na disseminação de ideias ligadas à democracia, educação e participação pública. Muitos cabo-verdianos veem esses esforços com bons olhos, pois valorizam o respeito, a utilidade prática e o fato

de que essas ações se adaptam à realidade do país, algo especialmente importante para lugares menores e mais vulneráveis.

Conclui-se, portanto, que os EUA conseguiram fortalecer sua presença em Cabo Verde com uma postura baseada no respeito, na escuta e no apoio técnico-operacional. Embora menos chamativa do que a de outros países, como a China, essa forma de atuação parece mais próxima da realidade local. A seguir, a pesquisa trará a relação entre Cabo Verde e Portugal, marcada por laços históricos mais antigos, mas por formas diferentes de influência e cooperação. Posteriormente, a comparação entre os modelos empregados nas relações bilaterais permitirá avaliar como diferentes formas de *soft power* operam em contextos históricos e institucionais distintos, e de que modo Cabo Verde adapta sua postura diante dessas influências.

4.3 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CABO VERDE E PORTUGAL

4.3.1 Herança histórica e *Soft Power* lusófono

A independência de Cabo Verde, ocorrida em 1975, portanto há um tempo relativamente pequeno, fez com que sua relação com o ex-colonizador, Portugal, fosse marcada por continuidades institucionais e simbólicas. Diversos elementos estruturantes do Estado permaneceram alicerçados no legado português, revelando não só a força da tradição, mas também uma escolha pragmática pela manutenção de modelos administrativos e jurídicos já internalizados pelas elites locais (Madeira, 2016; Costa e Pinto, 2014).

A língua portuguesa, falada oficialmente em Cabo Verde, ainda é um dos principais laços com a herança deixada por Portugal. Ela está presente nas escolas, nos documentos do governo e nos contatos com outros países lusófonos. Além disso, o sistema de leis usado no país segue o mesmo estilo de sua antiga metrópole, o que facilita a troca de experiências entre instituições dos dois lados. No plano administrativo, a estrutura dos poderes públicos cabo-verdianos apresenta fortes semelhanças com o modelo português, notadamente no funcionamento de tribunais, ministérios e serviços de regulação, bem como na atuação de ordens e entidades profissionais com funções análogas. O alinhamento institucional entre Cabo Verde e Portugal tem contribuído para aproximar as normas e facilitar o diálogo técnico entre os dois países (Portugal, 2022).

Essa cooperação ganha ainda mais força pela presença significativa da comunidade cabo-verdiana em solo português. Até o final de 2022, mais de 36 mil cidadãos de Cabo Verde tinham residência legal em Portugal, mantendo vínculos familiares, sociais e culturais ativos. Essa comunidade serve como elo entre os dois contextos, ajudando a fortalecer relações em áreas como educação, mercado de trabalho e serviços consulares (Portugal, 2023b).

Essa influência portuguesa sobre Cabo Verde, visível na língua, na cultura, na educação e nas normas administrativas compartilhadas, configura uma aplicação evidente do conceito de *soft power* (Nye, 2004). A presença portuguesa no país africano vai além dos vínculos históricos, é notada no cotidiano, por meio do uso do idioma, dos modelos institucionais e também no campo educacional. O português, mantido como língua oficial, é mais do que herança colonial, é uma ferramenta concreta para o acesso de jovens cabo-verdianos a universidades e programas de intercâmbio. Por isso, Portugal continua sendo o principal destino europeu de estudantes cabo-verdianos, o que reforça ainda mais o papel da língua na relação entre os dois países (Portugal, 2023b).

Ao mesmo tempo, a cultura de Cabo Verde, com sua música, sua literatura e suas festas populares, tem ajudado o país a ganhar visibilidade fora de suas fronteiras. Como destaca Andrade (2021), essa produção cultural vem sendo usada como forma de se aproximar de outros países de língua portuguesa e mostrar que o país insular tem voz própria nos espaços onde participa como nação africana.

Por fim, cabe destacar o papel dos meios de comunicação na consolidação dessa esfera de influência lusófona. A atuação da Rádio e Televisão de Portugal na África (RTP África), com escritório em Cabo Verde, reforça a difusão de conteúdos em português e contribui para estreitar os laços culturais entre os países da CPLP. Ao ampliar a visibilidade do arquipélago na mídia transnacional, a RTP África opera como instrumento de *soft power*, ao integrar Cabo Verde a uma rede simbólica baseada na língua comum e em afinidades históricas e culturais (Portugal, 2023c).

4.3.2 A cooperação técnico-militar

Além da dimensão simbólica analisada anteriormente, a vertente técnico-militar constitui uma das áreas mais consolidadas e estratégicas na parceria luso-cabo-verdiana. Desde a independência de Cabo Verde, Portugal tem sido um dos principais

parceiros na área de defesa e segurança. O apoio aparece na troca de experiências entre militares, em treinamentos conjuntos e no envio de especialistas que ajudam a organizar melhor as instituições do setor (Portugal, 2023d).

Atualmente, a Missão de Cooperação Técnico-Militar de Portugal em Cabo Verde atua na área de defesa por meio de um acordo que cobre o período de 2021 a 2026. Esse programa foi criado pelos dois governos e conta com o apoio direto do Ministério da Defesa português, que ajuda a coordenar as ações planejadas. Esse acordo formal prevê assessoria operacional, treinamento técnico, doação de equipamentos e capacitação jurídica em áreas como o direito internacional marítimo. Também contempla ações contínuas de formação e ensino militar, que possibilitam o ingresso de oficiais e praças cabo-verdianos em instituições como a Escola Naval, a Academia Militar e o Instituto Universitário Militar (IUM). Essa capacitação abrange diferentes níveis técnicos e tem contribuído para a consolidação de uma doutrina partilhada, o fortalecimento da interoperabilidade e a preparação conjunta em temas como segurança marítima, operações de paz e resposta a crises humanitárias (Portugal, 2021).

Embora Cabo Verde não tenha uma Marinha de Guerra, sua Guarda Costeira vem passando por melhorias com o apoio da Marinha Portuguesa. Esse apoio tem ajudado a preparar melhor os militares locais, especialmente em tarefas como patrulhar a costa, vigiar áreas sensíveis e agir contra atividades ilegais. Nogueira (2018) observa que essa parceria tem aproximado as duas forças, permitindo que trabalhem juntas em exercícios no mar organizados pela CPLP e pela ZOPACAS, ações que reforçam a confiança entre os países e abrem espaço para uma atuação mais coordenada.

Um elemento relevante dessa cooperação é a Iniciativa Mar Aberto, lançada em 2008 e executada desde 2018 sob a coordenação da Marinha Portuguesa. Em 14 de abril de 2025, o Navio da República Portuguesa (NRP) “Sines” desatracou da Base Naval de Lisboa para a missão “Mar Aberto 2025”, cujo propósito central é fortalecer “o desenvolvimento de uma cultura de segurança marítima e o fortalecimento das capacidades associadas junto dos Estados da África Ocidental e da CPLP e com outros países do Golfo da Guiné (Portugal, 2025a).

Durante a etapa cabo-verdiana, o navio realizou treinamentos conjuntos de fiscalização marítima, embarques operacionais com agentes da GCCV e exercícios de ação embarcada com fuzileiros e mergulhadores. A iniciativa se enquadra na

categoria de ações cooperativas e não-coercitivas descrita por Till (2018), caracterizando-se pela ênfase na capacitação e na construção de confiança como eixos centrais da presença naval. Trata-se de uma expressão prática do *soft power* naval (Nye, 2004, 2011), cuja eficácia reside na promoção da interoperabilidade, na consolidação de capacidades locais e na difusão de normas de governança marítima, elementos centrais de uma estratégia de influência conduzida por meios navais.

À luz das funções cooperativas atribuídas às marinhas no quadro teórico de Geoffrey Till (2018), essa cooperação pode ser interpretada como uma forma ampliada de *soft power* naval, conforme os princípios delineados por Nye (2004, 2011), ao priorizar a construção de capacidades locais, o fortalecimento institucional e a promoção de confiança recíproca. Portugal tem optado por projetar sua presença no Atlântico Sul por meio da interoperabilidade e da assistência técnico-militar com parceiros africanos, em especial com Cabo Verde, em contraste com abordagens de natureza coercitiva.

Segundo Corrêa (2021), o apoio que Portugal oferece à GCCV faz parte de uma estratégia que usa sua Marinha como instrumento de aproximação política e diplomática. Em vez de impor soluções externas, Portugal tem optado por fortalecer as instituições locais e estimular a atuação conjunta com os PALOP, sobretudo em áreas sensíveis como o Golfo da Guiné.

Moreira (2022) observa que a presença constante de navios portugueses na costa ocidental da África, aliada aos cursos de formação e ao suporte oferecido às instituições nacionais, tem criado uma imagem de respeito e confiança. Trata-se de uma presença que valoriza a cooperação e o engajamento direto com os parceiros africanos. O que torna essa atuação eficaz não é a força militar em si, mas o modo como o suporte é prestado, com legitimidade e parceria.

Essa abordagem pode ser compreendida como uma forma de atuação naval não-coercitiva, orientada à geração de adesão e cooperação. Tal prática se alinha aos fundamentos do *soft power* (Nye, 2004, 2011) e à tipologia de marinhas cooperativas delineada por Till (2018), nas quais o valor estratégico da presença decorre da construção de confiança e da indução de convergência, e não da dissuasão direta.

A atuação de Portugal no Atlântico também envolve uma agenda de segurança cooperativa, da qual Cabo Verde é um dos principais beneficiários. Um dos exemplos mais relevantes é o *Atlantic Centre* (AC) ou Centro do Atlântico, sediado no

arquipélago dos Açores, concebido como espaço de reflexão estratégica e articulação internacional sobre segurança, governança e cooperação atlântica (Portugal, 2025b).

Cabo Verde é membro fundador dessa iniciativa e tem desempenhado papel ativo em sua consolidação. Em 2023, uma missão oficial do AC esteve no país para discutir parcerias, reunir-se com diversas autoridades nacionais e apresentar o projeto de instalação, em Cabo Verde, de um Centro de Formação voltado à capacitação em Segurança Marítima. Com uma agenda de trabalhos multifacetada, os representantes do AC reuniram-se com o Ministro da Administração Interna, o Ministro da Justiça, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o Diretor da Defesa Nacional e o Diretor da Polícia Judiciária de Cabo Verde. O projeto do centro de formação especializado reforça a vocação estratégica do arquipélago como polo de cooperação no Atlântico Sul e destaca seu potencial como plataforma operacional voltada à capacitação regional em temas de segurança marítima (Portugal, 2023e).

4.3.3 A percepção cabo-verdiana da parceria com Portugal

Sob os aspectos político e diplomático, as lideranças cabo-verdianas consideram a parceria com Portugal confiável, estável e robustecida pelos vínculos históricos que unem os dois países. Essa assertiva é comprovada por meio de discursos oficiais da Presidência da República e do MNECIR de Cabo Verde, pelos quais reiteram, frequentemente, o caráter estratégico e natural da relação com Portugal, sustentado pela língua comum e pela afinidade institucional (Cabo Verde, 2023).

Violante (2017) observa que Cabo Verde vê Portugal como um facilitador de inserção internacional, capaz de mediar seus interesses nos fóruns europeus sobre o Atlântico e de ampliar sua visibilidade em iniciativas de segurança cooperativa. Essa percepção contribui para a manutenção de um eixo privilegiado nas relações exteriores cabo-verdianas, em que o pragmatismo institucional convive com laços históricos e afetivos.

Embora a cooperação técnico-militar com Portugal tenha sido decisiva para a formação e profissionalização das forças de defesa de Cabo Verde, especialmente da Guarda Costeira, alguns setores acadêmicos e institucionais chamam atenção para os riscos de uma dependência excessiva de modelos externos. Como adverte

Nogueira (2018), essa situação pode dificultar o desenvolvimento de capacidades autóctones e gerar assimetrias na autonomia estratégica do país. Ainda assim, prevalece o entendimento de que a parceria com Portugal tem sido fundamental para a integração de Cabo Verde em redes atlânticas de segurança cooperativa, como a ZOPACAS e a CPLP, principalmente no que diz respeito à GCCV.

Com relação à opinião pública, a imprensa cabo-verdiana costuma destacar os aspectos positivos dessa parceria, principalmente no que diz respeito aos intercâmbios educacionais e culturais, e ao importante papel da diáspora no estreitamento dos laços de amizade (Expresso das Ilhas, 2019).

Embora a presença de Portugal em Cabo Verde seja amplamente reconhecida como positiva, algumas vozes dentro da sociedade, especialmente em círculos acadêmicos e culturais, chamam atenção para a pouca visibilidade do crioulo nas escolas e instituições. Para esses grupos, a língua portuguesa, embora útil e prestigiada, não pode ocupar sozinha todos os espaços formais. O crioulo, dizem, é parte viva da história cabo-verdiana e merece ser tratado com mais respeito. Nesse contexto, esse debate mostra como o país ainda busca formas de valorizar sua identidade sem romper com os laços que mantém com Portugal (Andrade, 2021).

Essa combinação de convergência institucional e valorização identitária tem conduzido Cabo Verde a uma postura diplomática pragmática, na qual preserva os laços com Portugal, mas sem abrir mão de afirmar suas especificidades culturais e sua autonomia estratégica. A participação ativa do arquipélago em fóruns como a CPLP e a CEDEAO reforça essa postura multipolar, na qual a influência portuguesa é filtrada segundo os interesses nacionais cabo-verdianos (Cabo Verde, 2023).

4.3.4 Cabo Verde e Portugal: Considerações Parciais

A relação entre Cabo Verde e Portugal combina laços históricos com escolhas efetuadas após a independência. Manter o português como língua oficial, seguir princípios jurídicos semelhantes e organizar o funcionamento do Estado com base em modelos já conhecidos foram decisões que deram continuidade a estruturas herdadas. Isso tem facilitado o entendimento entre os dois países, o envio de estudantes, a cooperação em várias áreas e a presença de Cabo Verde em espaços onde a língua e a cultura comuns ainda abrem portas. Mais do que tradição, trata-se

de uma afinidade que foi sendo cultivada com o tempo, por razões práticas e por interesses partilhados.

Ao mesmo tempo, a parceria é atravessada por dinâmicas próprias de influência simbólica, em que a atração cultural, a afinidade linguística e a cooperação educacional substituem a imposição de poder. No caso português, essa atuação se manifesta de modo sofisticado por meio de programas de intercâmbio, de meios de comunicação transnacionais e da formação das forças de defesa cabo-verdianas. Trata-se de um modelo de *soft power*, baseado na capacidade de atrair e influenciar sem recorrer à coerção direta.

No campo da segurança marítima, a atuação portuguesa corresponde a uma forma de marinha cooperativa, centrada na interoperabilidade, no fortalecimento institucional e na construção de confiança. Com base nesse entendimento, interpreta-se essa presença como expressão de uma *marinha de influência* simbólica, cuja eficácia reside menos na projeção bélica e mais na formação de capacidades autóctones e na difusão de normas de governança marítima.

Nos últimos anos, a valorização da identidade cabo-verdiana ganhou novo impulso no arquipélago. A ausência do crioulo nos currículos escolares e nos espaços institucionais passou a ser questionada por diferentes setores da sociedade. Ao mesmo tempo, a formação de quadros profissionais ainda depende, em boa medida, de apoio externo. Esses dois aspectos geram debates sobre os limites desse modelo de desenvolvimento e sobre os riscos que ele pode trazer para a autonomia do país. Sem abrir mão dos laços construídos com Portugal, Cabo Verde tem buscado adaptar suas parcerias de forma mais flexível, escolhendo caminhos que atendam melhor aos seus próprios interesses. Mesmo com os avanços no fortalecimento da sua identidade cultural e diplomática, o país ainda precisa lidar com o fato de depender de ajuda externa em áreas como tecnologia e gestão pública. O país busca seguir seu próprio caminho, mas sem abrir mão dos ganhos trazidos pelas parcerias já construídas.

Portugal tem atuado na área da segurança marítima principalmente por meio de treinamentos e do envio de especialistas para ajudar na formação das equipes locais. Em vez de trazer soluções prontas, a ideia tem sido construir relações de confiança e ajudar a montar sistemas que funcionem junto com os parceiros africanos. Esse tipo de apoio faz parte de um esforço mais amplo de cooperação no Atlântico Sul, especialmente na costa oeste da África, onde os problemas no mar exigem que os países trabalhem lado a lado.

No próximo capítulo, iniciar-se-á a fase diagnóstica da pesquisa, voltada para relação entre Cabo Verde e o Brasil. O foco será a diplomacia naval, com destaque para o papel da MB nessa parceria.

O objetivo será compreender em que medida o Brasil pode atuar como parceiro estratégico, seja como alternativa, seja como complemento, num cenário em que Cabo Verde procura fortalecer sua autonomia sem romper com suas alianças tradicionais.

5 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CABO VERDE E BRASIL

5.1 IDENTIFICAÇÃO CULTURAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL

Descobertos e colonizados por Portugal, Cabo Verde e Brasil compartilham heranças históricas e culturais relevantes, tais como o idioma, a religiosidade e a constituição de suas instituições jurídicas, o que favoreceu a aproximação bilateral no período pós-independência cabo-verdiana. O reconhecimento imediato da soberania do país africano pelo Brasil, em 1975, e o estabelecimento de embaixadas nas capitais Praia e Brasília marcaram o início de uma relação próxima, baseada na confiança e no respeito à soberania (Brasil, 2025).

Desde o início dos anos 2000, com o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, o Brasil passou a olhar com mais atenção para a África e Cabo Verde ganhou destaque nessa nova aproximação. O Atlântico Sul passou a ser visto como zona de cooperação política e cultural, e não apenas como um espaço marítimo que separa continentes. Vale destacar que países como Cabo Verde, por sua estabilidade institucional e boa atuação em fóruns internacionais, tornaram-se parceiros estratégicos em plataformas como a CPLP, a CEDEAO e a ZOPACAS (Saraiva, 2012).

Neste trabalho, empregar-se-á o conceito de “identidade atlântica ampliada” para descrever um espaço de convergência entre América do Sul, África e Europa, fundado em laços históricos e interesses compartilhados. Cabo Verde, com sua posição geoestratégica e por participar ativamente de fóruns internacionais, emergiu como potencial interlocutor e plataforma de diálogo político e técnico para o Brasil, principalmente no que concerne aos países da costa oeste africana (Nogueira, 2018; Violante, 2017).

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) desempenhou papel-chave na consolidação da parceria, atuando com base na demanda local e na lógica de respeito mútuo. Projetos nas áreas de educação, saúde, segurança alimentar e meio ambiente exemplificam uma atuação voltada ao desenvolvimento compartilhado, sem imposições condicionantes, característica que distingue o Brasil de outros parceiros internacionais (ABC, 2023; IPEA, 2017).

Cabo Verde tem visto essa aproximação com o Brasil de forma positiva, incluindo o país entre seus principais parceiros num cenário cada vez mais disputado por China, EUA e UE. A relação se fortaleceu com base na confiança e no apoio

brasileiro em treinamentos, missões conjuntas e trocas de experiência na área naval. Para a MB, essa parceria se consolidou com a criação da MANBCV, considerada uma das ações externas mais bem-sucedidas nos últimos anos (Nobrica, 2025).

A sintonia entre o Brasil e Cabo Verde, tanto nos interesses quanto nos valores, ajuda a explicar por que essa parceria tem gerado resultados consistentes. Como destaca Nye (2004, 2011), é possível influenciar outros países não só pela força, mas também pelo exemplo e pela colaboração, o que ele chama de *smart power*. Nesse mesmo caminho, Till (2018) mostra como marinhas podem atuar de forma cooperativa, criando confiança entre os países. A partir disso, neste trabalho entende-se que a atuação da MB em Cabo Verde representa um tipo de presença voltada à formação, ao apoio mútuo e à construção de laços duradouros.

A partir desse contexto, a parceria entre Cabo Verde e o Brasil se constrói sobre uma base histórica, política e diplomática, sustentada por laços culturais profundos e por escolhas estratégicas orientadas pela confiança mútua e por uma visão compartilhada dos desafios que envolvem a segurança no Atlântico Sul.

5.2 A DIMENSÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL

De acordo com Violante (2017), entre os vários caminhos de aproximação entre Brasil e Cabo Verde, a educação tem sido um dos mais consistentes. Ano após ano, jovens cabo-verdianos desembarcam em cidades brasileiras para estudar em universidades públicas e privadas. Um dos pontos centrais dessa parceria está no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e no Programa de Estudantes-Convênio Técnico (PEC-T). Essa experiência, além de ampliar as oportunidades individuais, também ajuda a formar profissionais que retornam ao arquipélago com novas ideias, fortalecendo instituições e multiplicando o conhecimento em suas comunidades que viabilizam o ingresso de estudantes cabo-verdianos em universidades públicas e privadas no Brasil, com apoio consular e isenção de mensalidade (ABC, 2023).

Muitos dos estudantes cabo-verdianos que se formam no Brasil regressam às ilhas e acabam ocupando cargos importantes no governo ou na diplomacia. Isso ajuda a manter os laços entre os dois países firmes e contínuos ao longo do tempo. Ex-

primeiros-ministros, ministros de Estado e diplomatas de alto escalão cabo-verdianos passaram por universidades brasileiras e pelo Instituto Rio Branco, consolidando uma elite político-administrativa com afinidade cultural e institucional com o Brasil (Leal, 2018, p. 35–36). Essa estratégia, centrada na capacitação e no respeito à soberania, é uma manifestação clara do *soft power* brasileiro, conforme a teoria de Nye (2004), pois projeta influência por meio da educação, do prestígio e da solidariedade.

Além do setor educacional, a ABC tem desenvolvido projetos em áreas como saúde comunitária, agricultura familiar, políticas de juventude e segurança alimentar. Mais do que a abrangência temática, o que diferencia a atuação do Brasil em Cabo Verde é o modo como os projetos são conduzidos. Em vez de impor soluções prontas, o país costuma escutar as demandas locais e construir ações em parceria, respeitando as prioridades definidas pelos próprios cabo-verdianos. Esse tipo de cooperação funciona mais como uma troca de experiências do que como uma transferência unilateral de conhecimento, o que ajuda a criar confiança mútua e resultados mais duradouros (ABC, 2023; IPEA, 2017).

Essa cooperação também se estende ao campo da produção científica e da troca interuniversitária. Nos últimos anos, instituições brasileiras como as Universidades Federais de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (UFMG, UFRJ e UFRGS, respectivamente), bem como a de Brasília (UnB), têm mantido uma relação próxima com a Uni-CV. Nesse contexto, destacam-se intercâmbios em temas como segurança marítima, meio ambiente e história. Essas parcerias geram oportunidades para pesquisas em conjunto e aproximam ainda mais os dois países no espaço atlântico que compartilham (Uni-CV, 2025).

Mesmo com a redução da presença brasileira em parte da África, a partir de 2016, causada por limitações de orçamento e mudanças políticas internas, a relação com Cabo Verde se manteve ativa. Isso se deve, em grande parte, à confiança construída ao longo dos anos e aos projetos na área educacional, que ajudaram a preservar esse vínculo, mesmo nos períodos mais difíceis (Violante, 2017).

Sob uma ótica teórica, essa atuação configura um *soft power* institucionalizado, baseado na difusão de conhecimento e valores compartilhados. A articulação entre educação e presença naval, quando orientada pela confiança e pela reciprocidade, reforça a influência estratégica do Brasil no Atlântico Sul. Segundo Till (2018), marinhas cooperativas tendem a potencializar sua legitimidade por meio de ações não coercitivas e de construção de confiança, o que contribui, neste trabalho, para inferir

um modelo ampliado de inserção estratégica combinando instrumentos civis e militares. Esse modelo coaduna-se com a noção de *smart power*, formulada por Nye (2004, 2011), ao conjugar recursos simbólicos e materiais na geração de vínculos duradouros.

No caso de Cabo Verde, vale lembrar que a ABC desenvolveu várias ações importantes entre os anos 1990 e 2015. Essa trajetória pode voltar a ser usada como ponto de apoio para fortalecer a presença do Brasil na região e mostrar seu papel como parceiro estratégico. A reativação de projetos estruturantes nas áreas de educação, saúde pública, agricultura familiar sustentável, gestão de recursos hídricos e fortalecimento institucional contribuiria para consolidar a imagem do Brasil como parceiro comprometido com o desenvolvimento local e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (ONU, 2021).

Instituições brasileiras como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e diversas universidades públicas têm atuado juntas em projetos com Cabo Verde. O foco está na formação profissional e no apoio técnico, com base nas necessidades locais. Essa forma de cooperação ajuda a fortalecer a presença do Brasil no Atlântico Sul, de maneira respeitosa e voltada para o futuro (Violante, 2017). A utilização de missões técnicas integradas, com ênfase na formação de recursos humanos, alinha-se à noção de poder inteligente (*smart power*), conforme desenvolvida por Nye (2011), ao conjugar elementos de persuasão, capacitação e engajamento contínuo com o Estado parceiro.

5.3 COOPERAÇÃO MILITAR E DIPLOMACIA NAVAL

A gênese da Missão Naval do Brasil deu-se em 2012, a partir de um documento emitido pelo Ministro da Defesa Nacional de Cabo Verde ao seu homólogo brasileiro. Nesse documento, foram apresentadas diversas necessidades que demandavam o envio de uma representação de militares da MB para, localmente, cooperarem com os responsáveis e técnicos da GCCV na elaboração de documentos estratégicos, jurídicos, organizacionais e de planejamento, com vistas ao fortalecimento da Força Naval cabo-verdiana. Considerando que a cooperação técnico-militar com Cabo Verde era tratada como prioridade no âmbito do Ministério da Defesa (MD),

especialmente em função da consolidação da ZOPACAS e da valorização da CPLP, o Nível Político determinou ao Comandante da Marinha (CM) que conduzisse as ações subsequentes para a concretização do pleito (Nobrica, 2025; Nogueira, 2018; Violante, 2017).

Sendo assim, em 19 de novembro de 2013, o então Núcleo da Missão de Assessoria Naval do Brasil em Cabo Verde (NMNBCV) foi criado na capital Praia, ilha de Santiago, com a tarefa inicial de identificar as áreas de potencial cooperação entre a MB e a GCCV. Em seguida, tendo em vista que o Comando da Guarda Costeira havia sido transferido para a cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, o NMNBCV passou a ter sua sede nas dependências daquele Comando, a partir de 22 de julho de 2015, para dar continuidade aos trabalhos que estavam sendo realizados “in loco”, principalmente porque os principais meios navais cabo-verdianos ficariam atracados no Porto Grande do Mindelo (Nobrica, 2025; Nogueira, 2018; Violante, 2017).

Desde o início, a presença da MB em Cabo Verde foi ganhando espaço e sentido, a partir de interações concretas e de um envolvimento progressivo com as necessidades locais. O que começou como uma resposta pontual foi se transformando, com o tempo, numa relação estratégica sustentada por confiança e continuidade. Ao longo dos anos, foram promovidas atividades de formação, prestado apoio técnico à manutenção dos meios navais, elaborados documentos institucionais e realizados exercícios no mar, práticas que, somadas, contribuíram para firmar uma cooperação estável e enraizada no cotidiano (Nobrica, 2025; Nogueira, 2018; Violante, 2017).

Diante do desenvolvimento satisfatório da cooperação, exemplificado pela gama de atividades realizadas, o CM emitiu, em 17 de novembro de 2020, uma Portaria alterando a denominação do então Núcleo para Missão de Assessoria Naval do Brasil em Cabo Verde (MANBCV). Segundo Nobrica (2025), tal ato repercutiu de maneira positiva na GCCV, sendo tratado como um indicador de prestígio e relevância, aspectos muito valorizados na cultura africana, em geral. Ao longo do tempo, a MB foi se tornando uma referência próxima e confiável para Cabo Verde, sobretudo por acompanhar de perto os fluxos internos de trabalho e os esforços de profissionalização da sua Guarda Costeira. Diferentemente de outras presenças que se limitam a eventos isolados ou a doações pontuais, a missão brasileira optou por inserir-se nos processos locais, atuando no cotidiano institucional e oferecendo orientações ajustadas à realidade operacional do arquipélago. Em 2021, por exemplo,

o apoio à reativação do Navio-Patrolha *Espadarte*, após uma década inoperante, ilustra o impacto concreto dessa atuação. Embora modesta em termos de efetivo e orçamento, a MANBCV conquistou credibilidade por sua atuação direta, contínua e baseada na confiança mútua (Nobrica, 2025).

Esse tipo de atuação contrasta com o perfil de outros parceiros internacionais, como China, Portugal ou EUA, cujas contribuições, embora importantes, costumam se restringir a doações, visitas ou programas isolados. O Brasil, ao contrário, investe no tempo e na convivência. Como observa Nobrica (2025), é justamente essa forma de estar presente, respeitosa, aberta ao diálogo e afinada com as referências culturais cabo-verdianas, que tem favorecido o surgimento de vínculos genuínos, construídos na base da escuta, da confiança e da troca entre iguais.

A Missão também contribui para o desenvolvimento doutrinário e logístico da GCCV, com foco na capacitação técnica, no fortalecimento institucional e no apoio à segurança marítima, dimensão sensível para o arquipélago dada sua localização no centro do Atlântico. Para a MB, trata-se de uma das experiências mais consistentes de sua atuação externa, tanto pelo grau de confiança mútua estabelecida quanto pela repercussão simbólica no ambiente local (Nobrica, 2025). Essa presença está em consonância com as diretrizes estratégicas da PND, da END e do PEM 2040, que indicam a costa atlântica africana como espaço prioritário para a projeção de influência e para a dissuasão cooperativa brasileira (Brasil, 2020a, 2020b, 2020c).

A experiência brasileira em Cabo Verde pode ser compreendida à luz da tipologia desenvolvida por Geoffrey Till (2018), especialmente no que se refere ao papel das marinhas cooperativas. Em vez de priorizar mecanismos dissuasivos ou demonstrações de força, a presença naval brasileira tem se caracterizado por práticas voltadas à construção de confiança, ao intercâmbio técnico e ao fortalecimento institucional das forças locais. Essa abordagem, ao promover vínculos duradouros e respeito mútuo, contribui para a formação de um ambiente de convergência estratégica, no qual o Brasil se posiciona como parceiro confiável em seu entorno atlântico. Embora a expressão *marinha de influência* não seja usada por Till, ela pode servir aqui como recurso analítico para descrever o tipo de atuação que busca gerar adesão por meio da cooperação, e não da coerção.

Esse modelo se encaixa, ainda, no conceito de *smart power* proposto por Joseph Nye (2011), ao combinar recursos materiais, como a formação, o *know-how* técnico e o eventual fornecimento de uniformes e equipamentos, com ativos

simbólicos, como a afinidade cultural, o respeito à soberania e a ausência de condicionantes. A MANBCV, ao projetar poder por meio da formação de quadros de pessoal local e do apoio à segurança marítima, externa a capacidade brasileira de influenciar de forma legítima e não intrusiva.

Além disso, relatos de militares da GCCV evidenciam o prestígio da formação recebida no Brasil. O modelo brasileiro é valorizado por seu caráter emancipador e pela lógica de horizontalidade no ensino. Segundo levantamento de Nobrica (2025), muitos desses oficiais destacam a diferença entre a abordagem brasileira e outras presenças externas mais hierarquizadas ou condicionantes. Isso reforça a imagem do Brasil como parceiro solidário e atento às demandas locais.

Nogueira (2018) e Violante (2017) mostram que o Brasil manteve sua Missão Naval em Cabo Verde mesmo nos períodos de crise ou corte de recursos. Isso reforça a importância que o país dá à parceria, especialmente por causa da segurança no Golfo da Guiné. Além de apoiar sua política externa, a MANBCV também pode servir de base para que o Brasil assuma de vez a liderança na ZOPACAS, com uma atuação mais firme e contínua na região. Essa perspectiva será retomada na análise das projeções estratégicas brasileiras no Atlântico Sul, desenvolvida no próximo capítulo.

5.4 A PERCEPÇÃO CABO-VERDIANA DA PARCERIA COM O BRASIL

Do ponto de vista institucional, as autoridades cabo-verdianas identificam a parceria com o Brasil como estratégica, confiável e pautada pelo respeito mútuo. Destacam-se, nesse contexto, o papel desempenhado pelo Brasil na formação de quadros civis e militares e o apoio à capacitação técnica em setores como defesa, saúde e educação. Entre os exemplos mais citados de cooperação eficaz e não intrusiva, figura a atuação da MANBCV, considerada símbolo de uma presença respeitosa e duradoura (ABC, 2023; Nobrica, 2025).

Na imprensa local, o tom é geralmente favorável. Jornais como *A Nação* ou *Expresso das Ilhas*, frequentemente, mencionam a presença da MB em missões de formação, projetos culturais e ações comunitárias, ainda que com menos destaque do que a cobertura dedicada à China ou aos EUA, por exemplo. O Brasil é, por vezes, referido como “país irmão”, expressão usada, por exemplo, pelo Ministro de Estado da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire, durante a recepção pelos 200 anos da Independência do Brasil (Freire, 2025).

Nos últimos anos, alguns intelectuais e jornalistas cabo-verdianos chamaram atenção para a descontinuidade de certas ações do Brasil no país, especialmente após 2016, quando alguns projetos foram interrompidos. Apesar disso, o desejo de retomar e ampliar essa parceria continua forte. O Brasil ainda é visto como um parceiro bem-vindo, e muitos setores da sociedade cabo-verdiana demonstram interesse em iniciativas de longo prazo, especialmente nas áreas de educação e formação profissional (Violante, 2017; Uni-CV, 2025).

No plano simbólico, o país é percebido como um parceiro relevante, que busca cooperar sem impor condições. Ao contrário de outras presenças internacionais mais centralizadas, a atuação brasileira costuma ser associada ao diálogo e à troca de conhecimentos. Essa imagem reflete o que apontou Saraiva (2012): países africanos com menos recursos tendem a valorizar parceiros que respeitam sua autonomia e compartilham valores parecidos. Além disso, muitos veem a presença do Brasil como algo que reforça o sentimento atlântico de Cabo Verde. A atuação conjunta em fóruns como a CPLP e a ZOPACAS, junto com projetos técnicos e educacionais, reforça essa ligação e mostra o compromisso com uma cooperação pensada a partir das necessidades do Sul Global.

5.5 PROJEÇÃO BRASILEIRA E PARCERIA ATLÂNTICA

A presença do Brasil em Cabo Verde deve ser compreendida dentro de um contexto geoestratégico mais amplo. A atuação brasileira no Atlântico Sul mostra-se não apenas desejável, mas necessária, tendo em vista que essa região é considerada vital para a segurança, o comércio marítimo e a projeção internacional do país. Cabo Verde, enquanto país insular amigo, situado em posição central no Atlântico Centro-Oriental, reúne atributos geográficos, institucionais e diplomáticos que o credenciam como parceiro estratégico de primeira ordem (Brasil, 2020b).

Segundo Nobrica (2025), Nogueira (2018) e Violante (2017), o arquipélago funciona como elo de conexão entre América do Sul, África Ocidental e Europa, reforçando sua centralidade em propostas de governança cooperativa, segurança oceânica e integração multilateral. A atuação brasileira em Cabo Verde, portanto, extrapola os limites da cooperação funcional e adquire contornos de projeção de poder, tanto simbólico quanto operacional, com potencial de inserção duradoura.

A atuação da MB por meio da MANBCV exemplifica o tipo de presença cooperativa descrito por Geoffrey Till (2018), centrada na construção de redes de confiança, interoperabilidade e capacitação, sendo classificada, conforme já mencionado em conceito definido para este trabalho, como uma *marinha de influência*.

Essa abordagem confere ao Brasil vantagens comparativas frente a outras potências extrarregionais cuja presença, embora mais visível em termos de investimento e infraestrutura, é frequentemente percebida como baseada em interesses unilaterais. A combinação brasileira de cooperação educacional, técnica e militar, somada à afinidade linguística e cultural, constitui um exemplo claro de *smart power*, conforme formulado por Nye (2011). Trata-se de um modelo adaptado ao ambiente cabo-verdiano, que leva em consideração sua história colonial e expectativas de autonomia estratégica.

Cabo Verde tem ajudado o Brasil a fortalecer sua presença no Atlântico Sul, especialmente devido ao respeito que o país conquistou em fóruns internacionais. Como membro importante da CPLP e da ZOPACAS, costuma abrir portas para projetos conjuntos em áreas como segurança marítima, energia limpa, combate aos crimes transnacionais e meio ambiente. Sua diplomacia ativa e a imagem de país neutro fazem de Cabo Verde um parceiro confiável para parcerias duradouras, baseadas em confiança e bom senso (Uni-CV, 2023; EGN, 2024).

No que tange ao bom uso do mar, Brasil e Cabo Verde podem ampliar sua cooperação para além da vertente militar-naval, com acordos institucionais voltados ao compartilhamento de dados, preservação ambiental e atuação conjunta. Tais iniciativas fortaleceriam a presença da MB e contribuiriam para a segurança marítima regional. Há, inclusive, possibilidade de integração entre o atual Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAz)²⁹, anteriormente denominado Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR), e o COSMAR, da GCCV, mediada pelo Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)³⁰, o

²⁹ O COMPAAz tem o propósito de contribuir para o aprestamento e emprego das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais subordinadas ao Comando de Operações Navais (ComOpNav); para a segurança do tráfego marítimo e fluvial de interesse do Brasil; para o desenvolvimento da Segurança Marítima (SEGMAR); e para o desenvolvimento da Consciência Situacional Marítima (CSM).

³⁰ O SisGAAz tem por missão monitorar e controlar, de forma integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento a fim de contribuir para a mobilidade estratégica, representada pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, emergência, agressão ou ilegalidade.

que ampliaria as capacidades de controle do tráfego marítimo e combate a ilícitos no Atlântico Sul (Violante, 2017).

Como observa Violante (2017), com base nas análises de Therezinha de Castro, a costa ocidental da África, especialmente Cabo Verde, apresenta elevada proximidade geográfica com o Brasil e a Europa, fator de destaque na geopolítica atlântica. A autora menciona que Natal está a cerca de 2.600 km de Praia, e que a travessia por mar pode ser realizada em aproximadamente cinco dias, enquanto por via aérea leva apenas poucas horas. A capital cabo-verdiana também se encontra a menos de 3.000 km de Lisboa, o que reforça sua condição de ponto de articulação estratégico entre continentes (Violante, 2017, p. 217 apud Castro, 1981).

Dessa forma, a implantação de facilidades portuárias e aeroportuárias, de caráter permanente ou provisório, pode representar um ativo estratégico relevante em cenários de crise ou conflito internacional. Tal infraestrutura permitiria exercer controle sobre o chamado gargalo do Atlântico, facilitando ações de bloqueio marítimo e a vigilância da “porta de entrada” do Atlântico Sul, desde que conduzidas por meios navais compatíveis com uma *marinha de coalizão*, conforme interpretado neste trabalho. Esse contexto ajuda a explicar o interesse demonstrado por potências extrarregionais em estabelecer bases navais em países como Guiné-Bissau ou Cabo Verde, conforme assinala Violante (2017):

Estes pontos de apoio estabelecidos pelo Brasil são importantes no controle positivo dos navios brasileiros que fazem as principais rotas marítimas da América do Sul em direção à Europa e que possuem considerável aproximação com Cabo Verde. Esse modelo de cooperação pode ser ampliado aos demais países limítrofes da África Ocidental, possibilitando não uma hegemonia coercitiva brasileira na região, mas um somatório de esforços entre países amigos com interesses comuns no Atlântico Sul (Violante, 2017, p.217).

Em suma, Cabo Verde oferece ao Brasil uma oportunidade concreta de reforçar sua presença estratégica no Atlântico Sul, com base em pragmatismo, continuidade e valores compartilhados. Todavia, para que isso se torne realidade, será preciso investir com mais firmeza na criação de acordos e projetos que unam presença no território, boas relações e resultados. A parceria com Cabo Verde poderá se tornar, assim, um modelo de influência eficaz e legítima, sintonizada com os princípios da diplomacia de defesa brasileira e com a lógica atlântica de inserção do Sul Global.

5.6 CABO VERDE E BRASIL: CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A relação entre Cabo Verde e o Brasil destaca-se por combinar vínculos históricos profundos com iniciativas de cooperação ajustadas às transformações do espaço atlântico. Desde os primeiros momentos do pós-independência, essa parceria vem sendo construída em áreas como educação, assistência técnica, saúde e defesa, sempre marcada pela afinidade linguística e pela busca compartilhada de uma identidade atlântica própria.

A análise apresentada ao longo deste capítulo permite afirmar que a presença brasileira em Cabo Verde configura um exemplo tangível de diplomacia de defesa aplicada à realidade do Atlântico Sul. Ao conjugar instrumentos de cooperação técnica, formação de quadros e interlocução política, o Brasil tem projetado uma influência que alia legitimidade, continuidade e afinidade cultural. No entanto, a consolidação dessa presença dependerá da capacidade de renovar compromissos institucionais, recuperar projetos estratégicos e articular uma visão de longo prazo para sua inserção regional. Mais do que uma parceria histórica, o que se delineia é uma oportunidade concreta de influência mútua e convergência atlântica.

Essa visão dialoga com os temas que serão explorados no capítulo seguinte, que compara as formas como China, EUA, Portugal e Brasil têm se relacionado com Cabo Verde. Cada país vem marcando presença no arquipélago a seu modo, por meio de investimentos, trocas culturais ou ações na área da defesa. Nesse cenário, o Brasil surge como um parceiro com grande potencial, principalmente se conseguir transformar sua trajetória de amizade em projetos mais sólidos, ajustados à realidade local e voltados para resultados duradouros.

6 GEOPOLÍTICA COMPARADA EM CABO VERDE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A ATUAÇÃO BRASILEIRA

6.1 CONVERGÊNCIAS E DESCOMPASSOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Embora os três primeiros países analisados — China, EUA e Portugal — tenham sido abordados na fase investigativa da pesquisa, com base majoritária em fontes secundárias, o Brasil foi tratado na fase diagnóstica, a partir de evidências empíricas mais próximas e sistematizadas. Ao incluir o Brasil nessa comparação, busca-se ampliar a compreensão sobre os diferentes caminhos adotados por atores externos na parceria com Cabo Verde. Essa escolha metodológica buscou conjugar profundidade com abrangência, respeitando as diferenças de abordagem, mas também destacando certos pontos de convergência. Por isso, este capítulo cumpre um papel central: ao integrar o que foi analisado nas seções anteriores, permite enxergar padrões repetidos, contrastes relevantes e, principalmente, oportunidades concretas para o Brasil.

6.1.1 Os perfis de atuação externa no arquipélago

As relações bilaterais de Cabo Verde com China, EUA, Portugal e Brasil evidenciam distintas estratégias de inserção internacional, com diferentes formas de projeção de poder, exercidas conforme os interesses e capacidades de cada ator, em consonância com as tipologias de *hard*, *soft* e *smart power* propostas por Nye. Também é possível notar que o mar tem sido um ponto comum nessas relações. Ao discutir temas como cooperação, dissuasão e presença estratégica, os estudos de Geoffrey Till ajudam a entender o papel crescente das marinhas na política internacional, especialmente em regiões costeiras como a África Ocidental.

A atuação da China em Cabo Verde é facilmente percebida nas obras que transformaram a paisagem urbana do país. Obras como o Parlamento Nacional, o Estádio Nacional e unidades hospitalares chamam a atenção da população pela grandiosidade e pela mudança que trouxeram ao cotidiano. Esses projetos, em sua maioria viabilizados por doações ou financiamentos acessíveis, têm ajudado a consolidar a imagem de uma parceira presente e ativa. Mas a presença chinesa vai além da infraestrutura. Por meio de aulas de mandarim, oficinas culturais e

intercâmbios estudantis, o país tem se aproximado da sociedade cabo-verdiana, promovendo laços culturais que complementam o apoio material. Embora não tenha bases militares no arquipélago, observa-se que a China tem demonstrado interesse em temas relacionados à segurança marítima, especialmente na região do Golfo da Guiné, onde mantém diálogo contínuo com países africanos por meio de fóruns como o FOCAC.

A cooperação estadunidense em Cabo Verde adota um estilo mais discreto, centrado na construção de vínculos duradouros. O apoio costuma vir por meio de acordos estáveis e projetos pensados para o longo prazo. Ao longo dos anos, foram desenvolvidas ações voltadas para melhorar o transporte urbano, ampliar o acesso ao saneamento e tornar a administração pública mais eficiente. Na área da educação, jovens cabo-verdianos têm recebido bolsas para estudar nos EUA, e há programas que promovem o contato direto entre lideranças dos dois países. Já no campo da segurança marítima, a parceria se expressa por meio de treinamentos no mar, nos quais militares cabo-verdianos atuam ao lado de outras forças navais africanas. Essas experiências ajudam a criar laços de confiança, favorecem o entrosamento técnico e contribuem para uma resposta conjunta aos desafios em comum no Atlântico.

Portugal mantém com Cabo Verde uma relação próxima, marcada pelo idioma, pela história comum e por trocas constantes no campo da educação e da cultura. Projetos desenvolvidos por centros de língua portuguesa, parcerias entre universidades e ações coordenadas em comunidades de países lusófonos ajudam a manter esse laço vivo. Muitos cabo-verdianos veem o ex-colonizador como um parceiro acessível, com quem é possível dialogar com naturalidade. Mesmo sem dispor de grande presença militar na região, o país europeu tem contribuído com treinamentos e formações para a Guarda Costeira cabo-verdiana. Também participa, com frequência, de exercícios navais que envolvem países da costa africana. Essa atuação, mesmo discreta, reforça a confiança entre os dois Estados e expressa uma forma de influência baseada na cultura, na língua comum e no apoio institucional de longo prazo.

O Brasil tem fortalecido sua presença em Cabo Verde com base em três pilares principais: educação, cooperação técnica e colaboração na área de defesa. Diversos estudantes cabo-verdianos têm buscado formação no ensino superior brasileiro, aproveitando programas que oferecem apoio institucional e acesso gratuito a universidades. Ao mesmo tempo, os dois países desenvolvem iniciativas conjuntas

em áreas como saúde, agricultura e gestão pública, ampliando o intercâmbio de conhecimento e experiências. No setor de defesa, destaca-se a MANBCV, que atua no treinamento de pessoal, no intercâmbio de conhecimentos e na promoção de ações conjuntas no mar. Essa presença reforça a parceria e contribui para o fortalecimento institucional do país africano, aproximando-se do que este trabalho interpreta como um modelo de *marinha de influência*, com base nos conceitos propostos por Till (2018).

Embora cada parceiro adote uma abordagem distinta, há pontos em comum que ajudam a explicar o interesse por Cabo Verde. A China investe em infraestrutura com alto valor simbólico; os EUA apostam na formação e na segurança cooperativa; Portugal mantém vínculos linguísticos e culturais; e o Brasil prioriza a construção de laços duradouros por meio da cooperação acadêmica, técnica e militar. Diante dessas diferentes estratégias de cooperação, Cabo Verde tem conseguido atuar com pragmatismo e autonomia, buscando o equilíbrio entre os apoios recebidos e seus próprios interesses de longo prazo.

6.1.2 *Soft Power* e Multilateralismo

O uso estratégico de instrumentos típicos do *soft power* idealizado por Nye (2011), tais como a cultura, a educação e a diplomacia, é consideravelmente visível nas relações internacionais entre Cabo Verde e os países analisados. Esse tipo de poder busca influenciar os outros por meio da atração e da credibilidade, e não pela força ou recompensas materiais (Nye, 2011). A forma como o *soft power* é exercido varia de um país para outro. Alguns priorizam ações culturais e educativas; outros combinam essas ferramentas com diplomacia ou apoio institucional. Com relação à influência cultural, os quatro países adotam posturas semelhantes e apostam na educação como canal de aproximação. A China mantém o Instituto Confúcio em Cabo Verde e oferece bolsas por meio do FOAC, articulando uma imagem de potência benevolente e orientada para resultados de longo prazo, ainda que com forte centralização estatal (FOAC, 2021). Trata-se de um *soft power* vinculado ao aparato do Estado, combinando diplomacia econômica e formação técnica como pilares de sua projeção.

Os EUA atuam por meio de uma rede ampla e descentralizada, que inclui iniciativas como o programa *Fulbright*, o IVLP e atividades conduzidas pelo U.S.

AFRICOM. Essa articulação institucional possibilita ao país divulgar seus valores em diferentes contextos, por meio de agentes diversos, como universidades, centros de formação e missões diplomáticas. Trata-se de um *soft power* mais difuso, sustentado pela sociedade civil e por vínculos educacionais e técnicos de longo prazo (EUA, 2023d, 2023e).

Portugal aposta na continuidade cultural e na língua como elementos estruturantes. A presença portuguesa em Cabo Verde ainda se apoia fortemente no idioma comum e em laços culturais duradouros. A atuação do Instituto Camões, o estímulo a publicações locais e a parceria no âmbito da CPLP reforçam esse tipo de vínculo. Ainda assim, certas diferenças oriundas do passado colonial continuam influenciando essa relação. Andrade (2016) destaca que é preciso atenção contínua para que a cooperação avance.

Com o Brasil, essa aproximação tem ocorrido por meio de projetos culturais e educacionais voltados à formação de jovens. Programas como o PEC-G e as bolsas concedidas pela ABC vêm contribuindo para o preparo de profissionais cabo-verdianos em áreas como saúde, engenharia e gestão pública.

Essa relação se fortalece por meio de semelhanças culturais percebidas no cotidiano, como festividades religiosas, costumes compartilhados e a ampla difusão da música, da televisão e da língua portuguesa. Esses elementos ajudam a aproximar os dois países e tornam a presença brasileira mais bem recebida pela sociedade local (ABC, 2023; Violante, 2017).

No campo da defesa, a atuação dos parceiros apresenta diferenças claras. A China participa com doações e treinamentos ocasionais, sem manter presença contínua. Os EUA desenvolvem uma estrutura de apoio mais estável, por meio de missões da Guarda Costeira e de atividades coordenadas pelo U.S. AFRICOM. Portugal tem participado com iniciativas pontuais de treinamento e assistência institucional, mas sem continuidade. Já o Brasil mantém presença constante por meio da MANBCV, cuja atuação envolve atividades práticas de instrução, trocas técnicas e apoio à cooperação militar com as forças locais. Essa presença contínua tende a se alinhar ao modelo interpretativo de marinha de influência, que, conforme já explicitado anteriormente, valoriza a construção de confiança, a estabilidade regional e o fortalecimento de parcerias duradouras.

No plano multilateral, cada país atua por caminhos próprios. A China aposta no FOCAC; os EUA operam via ONU, OTAN e CEDEAO; Portugal utiliza a CPLP e a

União Europeia como pontes de atuação; e o Brasil articula-se por meio da ZOPACAS e da CPLP, tentando conciliar segurança marítima, economia azul e Cooperação Sul-Sul (Nogueira, 2018; Violante, 2017).

As diversas estratégias adotadas por China, EUA, Portugal e Brasil acabam por conferir a Cabo Verde o status de parceiro confiável, pragmático e ativo na diplomacia do Atlântico Sul. A postura cabo-verdiana de evitar excessiva dependência, ao mesmo tempo em que busca maximizar benefícios, será fundamental para a melhor compreensão dos pontos convergentes e divergentes dentro das parcerias, que serão abordados a seguir.

6.1.3 Diplomacia seletiva e lições para o Brasil: o caso cabo-verdiano no Atlântico Sul

A pluralidade de parceiros atuando em Cabo Verde evidencia o valor geoestratégico do arquipélago no Atlântico Sul e na África Ocidental. Localizado em posição privilegiada entre três continentes, o país se tornou atrativo para atores exógenos que buscam projetar poder na região de maneiras diversas. Essa convergência de interesses exige de Cabo Verde uma diplomacia hábil, capaz de contornar divergências e extrair vantagens em cada relação bilateral.

Uma das principais convergências entre China, EUA, Portugal e Brasil está no reconhecimento do papel de Cabo Verde como um parceiro estável e institucionalmente confiável. Apesar das diferenças de abordagem, todos os países mostram interesse em manter a estabilidade política e garantir a segurança marítima na região. Também têm buscado formar quadros locais e apoiar o fortalecimento das instituições em Cabo Verde. Esses pontos aparecem tanto nas parcerias diretas quanto nos espaços multilaterais de que participam, mesmo que cada um adote um jeito próprio de se envolver.

As diferenças entre os países também são claras. A China aposta em grandes obras públicas que chamam atenção, mas muitas vezes levantam dúvidas sobre a dívida e a dependência que podem gerar. Os EUA seguem um caminho mais técnico, com foco em treinamento e cooperação na área de segurança marítima. Portugal valoriza os laços culturais e a língua, embora tenha limitações quando se trata de presença operacional. Já o Brasil é bem recebido, mas ainda enfrenta desafios, como mudanças frequentes nas políticas e falta de recursos para manter suas ações no tempo certo.

Diante desse cenário, Cabo Verde tem buscado agir com equilíbrio e bom senso. Em vez de escolher apenas um parceiro, o país tenta aproveitar o que cada um pode oferecer, de forma prática e estratégica. De acordo com Violante (2017), a política externa do país é marcada pela seletividade, buscando equilíbrio entre parceiros e evitando alinhamentos automáticos. Um bom exemplo dessa postura se traduz na não autorização para a instalação de bases militares estrangeiras e na condução das cooperações conforme os interesses nacionais. Ou seja, por meio de um claro *soft power* institucional, motivado pela boa governança e pela imagem do país, atributos que funcionam como ativos estratégicos valorizados em um SI competitivo e instável, essa diplomacia ativa é reforçada.

Esse tipo de postura cabo-verdiana oferece lições valiosas ao Brasil. A assessoria técnico-militar exercida, principalmente por meio da MANBCV, poderia ser complementada por ações mais integradas, com foco em ciência do mar, gestão ambiental e economia azul, por exemplo. Sob essa perspectiva, o equilíbrio entre persuasão e presença operacional reforça a lógica do *smart power*, conforme sugerido por Nye (2011). Till (2018), por sua vez, oferece parâmetros para compreender marinhas que priorizam a geração de confiança e estabilidade, padrão que este trabalho interpreta como *marinha de influência*.

6.1.4 Análise Comparativa: Considerações Parciais

Cabo Verde se consolidou como um espaço de interesse para cooperação técnica, ações diplomáticas e projeção simbólica, especialmente pela sua posição geoestratégica no Atlântico e pela estabilidade política. As relações bilaterais analisadas e comparadas revelam que os países atuam com lógicas distintas, mas compartilham certos objetivos estruturais. A análise comparativa, portanto, evidencia que os diferentes estilos de atuação não excluem convergências fundamentais, sobretudo no reconhecimento do valor estratégico do arquipélago e na valorização do fortalecimento institucional. Além disso, a combinação das abordagens teóricas de Nye e Till permitiu identificar como China, EUA, Portugal e Brasil articulam diferentes formas de poder para moldar sua presença no país africano.

Apesar das diferenças, todos os países analisados mostram interesse em ajudar Cabo Verde a formar profissionais, fortalecer suas instituições e mantê-lo como um parceiro confiável em diferentes espaços de cooperação. Cada um faz isso ao seu

modo: a China investe em obras, os EUA apostam na educação, Portugal se aproxima pela cultura e o Brasil atua com apoio militar e técnico, com destaque para a MANBCV. São formas diferentes de usar o *soft power*, cada uma com peso e impacto distintos.

Contudo, há também evidentes descompassos. A centralização chinesa contrasta com a dispersão norte-americana; os recursos limitados de Portugal dificultam sua presença operacional; e o Brasil, embora bem recebido, ainda precisa superar desafios de continuidade política e restrições orçamentárias para garantir uma atuação mais robusta e previsível.

Dentre todos os parceiros, o Brasil se destaca por manter presença permanente no setor de defesa, por meio da MANBCV. Essa atuação, que articula dimensões diplomáticas, formativas e operacionais, aproxima-se do modelo de *marinha de influência*, sendo percebida como legítima e tecnicamente relevante pelas autoridades locais.

Por fim, é possível afirmar que Cabo Verde tem exercido sua diplomacia de forma competente, adotando uma política externa prudente, seletiva e multipolar. Apesar de ter conquistado a independência há pouco tempo, o país demonstra sua robustez institucional e sua capacidade de se posicionar com equilíbrio em um espaço disputado por atores exógenos de perfis diversos. Nesse diapasão, para se compreender de maneira mais ampla a diplomacia cabo-verdiana, seria interessante também analisar as relações de Cabo Verde com atores regionais, no âmbito da CPLP, da CEDEAO e da UA, bem como comparar a atuação de outros PEID africanos, como São Tomé e Príncipe, na geopolítica do Atlântico Sul.

Para o Brasil, a análise realizada até aqui aponta oportunidades para aprofundar sua presença em Cabo Verde, com base na confiança mútua, alicerçada por laços históricos sólidos, na continuidade das iniciativas e em um modelo de cooperação adequado ao contexto local. Esse cenário prepara o terreno para a próxima etapa da pesquisa, correspondente à fase prognóstica, dedicada à formulação de propostas concretas para o Brasil e para a MB no Atlântico Sul, com base nos aprendizados aqui sistematizados, sob a ótica do *smart power* e da diplomacia naval³¹.

³¹ Vale ressaltar que as propostas que serão sugeridas neste capítulo refletem as ideias deste autor, fruto dos ensinamentos obtidos ao longo dessa pesquisa, conjoinados com a experiência e os conhecimentos obtidos por ocasião do exercício do cargo de Chefe da MANBCV, no período de 2019 a 2021. Nessa oportunidade, o autor teve contato próximo com autoridades diplomáticas e militares, brasileiras e cabo-verdianas, o que possibilitou a formulação das sugestões a seguir.

6.2 OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O BRASIL EM CABO VERDE

6.2.1 Ampliação da cooperação técnica e institucional

Ao longo das últimas décadas, o Brasil experimentou e consolidou um modelo de cooperação horizontal, descentralizado e sensível às realidades locais, especialmente no que se refere aos PALOP. Essa atuação pautou-se pelo exercício da diplomacia e de seus simbolismos, por meio de iniciativas centradas na formação de pessoal, no intercâmbio de conhecimentos e na promoção de políticas públicas sustentáveis. No caso específico de Cabo Verde, todavia, essa trajetória encontra-se prejudicada desde 2016, tendo em vista as restrições orçamentárias impostas e as dificuldades inerentes à coordenação estratégica entre os órgãos envolvidos.

Se quiser ampliar sua presença na África Ocidental, o Brasil precisa deixar de lado ações isoladas e construir uma estratégia de longo prazo, com o apoio coordenado de ministérios, universidades e centros de pesquisa. Instituições como a Fiocruz, a EMBRAPA e o SENAI já atuaram com sucesso em Cabo Verde, em áreas como saúde, agricultura e educação profissional. O grande desafio agora é transformar essas boas práticas em projetos duradouros, com recursos estáveis e formas claras de acompanhamento. Com base nesses pressupostos, sugere-se a criação de um Programa de Cooperação Atlântica, com sede em Praia, voltado a ações estruturantes nas áreas de saúde, educação técnica, meio ambiente e segurança hídrica, incluindo também outros países da CEDEAO. Essa iniciativa permitiria ao Brasil reforçar sua imagem de parceiro estratégico, ao mesmo tempo em que fortaleceria sua presença institucional na região, em consonância com a lógica do *smart power* (Nye, 2011), ao combinar capacitação técnica, legitimidade e compartilhamento de benefícios.

Nessa mesma direção, estruturar um pilar técnico-institucional no Atlântico Sul deixa de ser apenas um gesto de cooperação e passa a constituir um elemento fundamental da presença marítima ampliada do Brasil. O apoio civil, quando bem coordenado, pode servir como vetor de segurança cooperativa, confiança mútua e estabilidade regional, sobretudo quando alicerçado em instituições legítimas. Portanto, a política de cooperação técnica deve ser totalmente integrada à projeção marítima do Brasil na África Ocidental, articulando poder estatal, engajamento social e diálogo entre as instituições. Tal integração é especialmente estratégica para a MB,

que passa a dispor de uma rede de cooperação técnica e institucional mais robusta, no qual sua presença pode gerar confiança, estabilidade e valor geopolítico.

6.2.2 Mindelo e a liderança brasileira na ZOPACAS

A cidade de Mindelo, situada na ilha de São Vicente, emerge como plataforma estratégica natural para o Brasil afirmar sua liderança no âmbito da ZOPACAS. Seu posicionamento geográfico privilegiado, em plena confluência das LCM transatlânticas, somado à estabilidade institucional de Cabo Verde, reforça seu valor geoestratégico. Ademais, por sediar o Ministério da Economia Marítima cabo-verdiano, o Comando da GCCV e a MANBCV, reúne as condições ideais para a consolidação de uma base ampliada de atuação brasileira voltada não somente à segurança cooperativa bilateral com o país insular, mas também ao diálogo político e à integração no Atlântico Sul.

Nesse contexto, exercer liderança no âmbito da ZOPACAS exige mais do que presença diplomática ocasional. Requer, sobretudo, o fortalecimento da atuação naval, a capacidade de conduzir articulações multilaterais e o investimento coordenado em estruturas logísticas e institucionais, com o envolvimento efetivo de diferentes setores do governo. Esse é justamente o papel que Mindelo pode desempenhar, abrigando um ponto de apoio naval da MB, centros de formação técnico-profissional e, futuramente, núcleos de coordenação regional para ações no domínio marítimo. A consolidação dessa presença seria compatível com as funções navais benignas e diplomáticas descritas por Geoffrey Till (2018), que atribuem às marinhas contemporâneas o papel de promotoras de normas, estabilidade e cooperação.

Nesse diapasão, a instalação de um centro de estudos estratégicos, em parceria com universidades cabo-verdianas e brasileiras, agregaria densidade intelectual ao projeto, promovendo a formação de quadros regionais, a difusão do pensamento estratégico lusófono e a construção de uma doutrina atlântica inclusiva. Essa iniciativa fortaleceria o poder de influência do Brasil na região, segundo a concepção de Nye (2004), ao associar capacitação, legitimidade e engajamento de longo prazo com países parceiros.

Ademais, o fortalecimento do papel de Mindelo como eixo da presença brasileira reforça a coerência entre os princípios da PND e a projeção internacional do

país. Em vez de dispersar esforços por múltiplos pontos da costa africana, o Brasil poderia concentrar em Cabo Verde uma base de atuação modular, flexível e cooperativa, voltada tanto à ZOPACAS quanto à articulação com a CEDEAO e outras instâncias africanas.

A escolha de Mindelo como ponto de apoio nessa iniciativa transcende a função meramente logística e operacional. É, antes de tudo, uma decisão política com forte carga simbólica e potencial estruturante para a presença brasileira na região. Assumir liderança na ZOPACAS demanda articular uma atuação qualificada, com capacidade de propor, sustentar e executar ações coordenadas e, acima de tudo, transformar essa presença em referência regional para a cooperação multilateral no entorno atlântico. É em Mindelo que esse projeto pode ganhar forma, propósito e projeção estratégica. As sugestões acima mencionadas serão retomadas ainda neste capítulo.

6.2.3 Integração atlântica lusófona: uma aliança estratégica

Retomando os elementos consolidados no Capítulo 5, especialmente quanto ao papel de Portugal na região atlântica, torna-se estratégico considerar a formação de uma aliança lusófona coordenada em torno de Cabo Verde. A consolidação da presença brasileira no arquipélago, com vistas ao aumento do protagonismo na África Ocidental e à liderança na ZOPACAS, pode requerer a articulação de alianças que combinem interesse geopolítico comum, legitimidade histórica e interoperabilidade institucional. Conforme visto no Capítulo 4, no que se refere ao AC, a intenção portuguesa de instalar um Centro de Formação voltado à capacitação em Segurança Marítima validam essa possibilidade. Nesse contexto, uma integração atlântica lusófona desponta como estratégia viável e coerente, conectando Brasil, Cabo Verde e Portugal por meio de uma agenda de defesa, formação e cooperação marítima que vá além da retórica multilateral.

A CPLP, enquanto vetor simbólico de identidade, adquire valor estratégico concreto quando traduzida em parcerias operacionais. A criação de programas trilaterais Brasil–Portugal–Cabo Verde nos âmbitos naval, educacional e científico poderia configurar uma aliança apta a influenciar o entorno do Atlântico Sul com base na padronização de doutrinas, no uso conjunto de meios e na circulação de quadros técnicos. Esses programas dariam corpo a uma nova arquitetura cooperativa no Atlântico Sul, com base em afinidades linguísticas e interesses compartilhados.

Essa proposta se alinha à concepção de *smart power*, ao reunir, de forma equilibrada, capacidade operacional, valorização cultural e atuação diplomática articulada. Além disso, a formação de uma aliança marítima lusófona poderia se concretizar em missões de busca e salvamento, combate a ilícitos transnacionais e proteção dos recursos naturais, com destaque para a ZEE dos países da África Ocidental. A atuação coordenada desses Estados não apenas ampliaria a presença estratégica do Brasil, como também contribuiria para o fortalecimento da segurança cooperativa na região, em consonância com as funções navais de presença e diplomacia descritas por Till (2018).

Nesse contexto, a formação de militares e civis em instituições como a EGN (Brasil), o IUM (Portugal) e a Uni-CV (Cabo Verde) poderia ser coordenada de forma a fomentar um pensamento estratégico lusófono, por meio de troca de instrutores, seminários conjuntos e centros de estudos aplicados, o que estreitaria os laços culturais e institucionais, acarretando influência de longo prazo.

Ao investir nessa parceria trilateral, o Brasil não só reforçaria sua presença no arquipélago, como também poderia dar um novo rumo à sua atuação no Atlântico Sul, assumindo um papel de liderança com base na cooperação. Isso exige reconhecer o peso da história comum, mas também agir com realismo, respeito e compromisso com parcerias que sejam duradouras. Como visto, Portugal já tem concentrado esforços no Atlântico, principalmente com a criação do AC, nos Açores.

Sendo assim, o protagonismo brasileiro na África Ocidental e na ZOPACAS mostra-se viável, sem que isso configure uma liderança hegemônica. Cabo Verde, nesse desenho, não é apenas um aliado, mas um ponto de ancoragem para a projeção brasileira de poder inteligente e diplomacia naval.

6.2.4 Propostas estruturantes para a diplomacia técnica

O fortalecimento da chamada diplomacia técnica, que consiste na articulação de políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento agrícola e capacitação institucional, se configura como uma das mais poderosas ferramentas para a consolidação da presença estratégica brasileira em Cabo Verde. Trata-se de uma vertente na qual o Brasil acumulou expertise significativa, sobretudo entre os anos 1990 e 2015, período em que a ABC desempenhou papel destacado em projetos estruturantes no continente africano, em geral.

No caso cabo-verdiano, a retomada de iniciativas voltadas à agricultura sustentável e à gestão da água, dois setores especialmente sensíveis no arquipélago, aliada ao fortalecimento de programas nas áreas de saúde e educação, pode consolidar o Brasil como parceiro confiável, presente e atento às demandas locais. Instituições como a EMBRAPA, a Fiocruz, o SENAI, os Institutos Federais e universidades públicas brasileiras constituem ativos valiosos dessa diplomacia técnica. Quando mobilizadas de forma coordenada, essas instituições não apenas oferecem soluções adaptadas às realidades locais, como também projetam um modelo de inserção baseado em solidariedade, capacitação e autonomia, características centrais do *soft power*, segundo Nye (2004), e pilares essenciais do *smart power*.

A operacionalização dessa diplomacia requer, contudo, um novo arranjo institucional. Seria estratégico, por exemplo, estabelecer uma unidade permanente da ABC em Praia ou Mindelo, voltada exclusivamente à África Ocidental, com foco em Cabo Verde como *hub* de irradiação. Essa presença física permitiria maior continuidade, monitoramento local e resposta ágil às demandas do governo cabo-verdiano, além de facilitar a coordenação com demais órgãos da administração pública brasileira.

Uma boa iniciativa seria oferecer bolsas de estudo voltadas para jovens cabo-verdianos, especialmente em áreas como engenharia marítima, oceanografia, biotecnologia e gestão pública. Além de formar profissionais qualificados, esse tipo de experiência aproxima as universidades dos dois países e cria vínculos que tendem a durar. Muitos estudantes voltam para Cabo Verde depois da graduação e assumem papéis de liderança, mantendo conexões que ajudam a fortalecer a cooperação ao longo do tempo. A manutenção de vínculos com o país onde se formaram acaba fortalecendo relacionamentos de confiança e colaboração. Essa cooperação acadêmica a longo prazo se torna uma ferramenta prática de inserção internacional, pois, ao transferir *expertise* acumulada, o Brasil amplia sua presença regional e ajuda a construir uma segurança baseada em relações sociais, culturais e institucionais.

6.2.5 Segurança marítima e desenvolvimento sustentável

Em Cabo Verde, os desafios relacionados à segurança marítima não podem ser analisados de forma isolada em relação ao desenvolvimento sustentável. O

arquipélago convive com vulnerabilidades estruturais que vão além das ameaças convencionais. Sua ZEE, extensa e ecologicamente sensível, exige sistemas de monitoramento e proteção que o país ainda não tem plenamente à disposição.

A presença do Brasil nesse campo pode gerar impactos positivos não só por meio do apoio material, como a doação de embarcações leves e equipamentos de radar, mas também pela formação de profissionais, pela difusão de tecnologias sustentáveis e pela integração de sistemas de comando e controle, combinando instrumentos típicos do *smart power*.

Além disso, o Brasil tem condições de apoiar o aperfeiçoamento das políticas marítimas sustentáveis em Cabo Verde, com base em sua experiência em ordenamento do espaço marinho, bioeconomia costeira e gestão de recursos pesqueiros. O Brasil pode construir parcerias produtivas com instituições como a Comissão Interministerial para a Economia Marítima (CIMAR), o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) e universidades cabo-verdianas, voltadas para pesquisas aplicadas e de interesse comum.

Essa aproximação entre segurança e desenvolvimento também depende da formação de profissionais conscientes da relação direta entre proteção marítima e progresso social e econômico. Uma iniciativa concreta seria incluir ou aprimorar, nos currículos das universidades brasileiras conveniadas com Cabo Verde, disciplinas sobre, por exemplo, economia azul, dentre outros assuntos afins. Isso ajudaria a consolidar uma visão em que a presença naval é, ao mesmo tempo, protetora, educativa e promotora de bem-estar.

Adotar esse olhar integrado reforça o papel do Brasil como um país comprometido com a segurança cooperativa e com uma diplomacia marítima moderna, sensível às realidades dos PEID. Cabo Verde, nesse contexto, é o ponto de partida ideal para um modelo brasileiro de ação internacional que una soberania compartilhada, proteção ambiental e desenvolvimento com equidade.

6.2.6 A Marinha do Brasil em Cabo Verde: novas possibilidades

Ao longo deste capítulo, constatou-se a relevância de Cabo Verde como posto avançado para a pretensa e necessária projeção estratégica do Brasil no Atlântico Sul, especialmente na costa ocidental africana. A atuação da MB, por meio da MANBCV, insere-se nesse contexto como elemento-chave de uma diplomacia naval

propositiva, inteligente e orientada à cooperação. Porém, diante das constantes transformações no cenário da segurança marítima regional, que acarretam novas demandas por segurança cooperativa e proteção ambiental, além da crescente necessidade de afirmação institucional no SI, abrem-se ao Brasil e à MB novas possibilidades para ampliar e consolidar seu protagonismo estratégico na região.

Para tal consecução, propõem-se sete iniciativas estratégicas pautadas nos modelos de diplomacia e cooperação já adotados e mencionados neste trabalho acadêmico:

- a) **Criação de um protótipo do “Sistema de Gerenciamento Marítimo Cabo-Verdiano”**, em parceria com Portugal (membro da OTAN), por exemplo, por meio da cessão de embarcações leves, instalação de radares de superfície, fornecimento de sensores de monitoramento e disponibilização de softwares embarcados de vigilância. Esse aparato poderia ser instalado, inicialmente, em Mindelo, tendo em vista as boas condições das dependências do *Joint Rescue Coordination Centre* (JRCC)³², operado pela GCCV, e porque os navios militares ficam atracados, quase em sua totalidade, no Porto Grande do Mindelo, o que facilitaria a operação e a vigilância dos equipamentos. Os recursos necessários, de custo relativamente baixos e adaptados à realidade insular, poderiam ser fundamentais para garantir a soberania marítima de Cabo Verde, ao mesmo tempo em que aqueceriam a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira no âmbito da ZOPACAS. Resumidamente, a ideia seria criar uma espécie de “SisGAAz cabo-verdiano”. Essa solução implicaria, possivelmente, no aumento quantitativo e qualitativo de, pelo menos, um Oficial Superior e uma Praça da MB, com experiência em Segurança Marítima, na composição da MANBCV, o que seria importante implementar desde já, tendo em vista as necessidades prementes da GCCV.
- b) **Criação de um “Centro Binacional de Treinamento Marítimo”**, com sede em Mindelo, em parceria com a GCCV e com apoio da academia local, como, por exemplo, da Universidade Técnica do Atlântico (UTA). Tal centro funcionaria como polo de capacitação regional para Oficiais e Praças da CEDEAO e da Marinha Mercante cabo-verdiana, com cursos regulares sobre segurança marítima, incluindo temas como patrulha naval, busca e salvamento, combate aos ilícitos

³² Centro Conjunto de Coordenação de Resgate (tradução nossa).

transnacionais, pirataria e pesca INN, proteção ambiental e outros assuntos afetos à Autoridade Marítima. Essa proposta está em consonância com as diretrizes de Till (2018) sobre o papel das marinhas como vetores de difusão de normas e boas práticas no ambiente marítimo.

- c) **Criação de Programas Trilaterais Brasil–Portugal–Cabo Verde**, para o caso de a sugestão apresentada na alínea b não ser viável, por razões político-estratégicas ou financeiras. Esses programas seriam voltados à formação de pessoal, padronização de procedimentos e operações combinadas em missões de patrulha, busca e salvamento. Os laços histórico-culturais aliados ao fato de que as Forças Navais possuem formações semelhantes, trariam relevância estratégica, logística e simbólica à empreitada, que poderia ser considerado o núcleo de uma força marítima lusófona no Atlântico. Tal parceria poderia afirmar o Brasil como protagonista no Atlântico Sul (ZOPACAS), daria mais projeção a Portugal no papel de articulador intercontinental e, obviamente, proporcionaria benefícios para Cabo Verde, sob os aspectos diplomático, econômico e de segurança marítima.
- d) **Coordenação de Exercícios Navais Multilaterais no âmbito da ZOPACAS**, reunindo os países membros e convidados, como Portugal e alguns países da América do Sul fora da Zona, por exemplo. Seria uma expansão do que já é realizado hoje no âmbito da Operação “GUINEX”, sendo que a área marítima não ficaria restrita ao Golfo da Guiné. Poderia ser chamada de Operação “ATLANTEX” ou “ZOPACEX” e os Teatros de Operação seriam alternados, ora na costa leste da América do Sul, ora na costa oeste da África, levando-se em conta as dificuldades orçamentárias de alguns participantes. Tal empreitada serviria como ferramenta de diplomacia naval e construção de confiança, posicionando o Brasil como articulador da segurança cooperativa regional, conforme proposto por Till (2018) e respaldado pela END.
- e) **Integração de oficiais cabo-verdianos em cursos da EGN**, especialmente nos Cursos de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) e no Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos (PPGEM). A participação de militares cabo-verdianos e de outros países membros da ZOPACAS nesses cursos poderia fortalecer os laços institucionais e expandir a influência do pensamento estratégico brasileiro, além de fomentar uma doutrina sul-atlântica comum.
- f) **Criação de outras MAN e GAT-FN** distribuídos, prioritariamente, pelos PALOP situados na costa oeste da África, como, por exemplo, a Guiné-Bissau.

Inicialmente, poderiam ser implantados Núcleos em tais países, levando-se em consideração as Prioridades de Relações Internacionais estabelecidas pelo Estado-Maior da Armada (EMA) e aprovadas pelo CM. Buscando alguma economicidade, o Estudo de Viabilidade contemplaria uma redistribuição dos quantitativos de militares existentes nas cooperações já consolidadas.

- g) **Inclusão rotineira de visita a portos por navios da MB na costa ocidental africana** em detrimento de outros situados em arquipélagos europeus no Atlântico, especialmente nas viagens do Navio-Escola “Brasil” e do Navio-Veleiro “Cisne Branco”, que, indiscutivelmente, atuam como genuínos vetores de nossa diplomacia naval.

É claro que a implementação dessas medidas exige cálculo político, recursos orçamentários estáveis e apoio institucional contínuo, o que demanda engajamento ativo do Executivo e coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o MD. E, obviamente, o assunto não se esgota com as sugestões acima. Uma Força Naval corretamente dimensionada para o combate; a criação de novas Adidâncias Navais (ou de Defesa) em países situados no entorno estratégico brasileiro onde haja representações diplomáticas desprovidas de Adidâncias, em consonância com o MRE; e uma BID pujante, especialmente voltada para o setor militar-naval, trariam, indubitavelmente, benefícios à diplomacia naval brasileira. Entretanto, tal estudo carregaria o desafio de encontrar um ponto ótimo de investimento, tendo em vista que, especialmente, na África, cooperação é negócio e, infelizmente, no momento, não são vislumbradas condições de o Brasil competir em igualdade com os EUA e com a China, por exemplo.

Essas ações, articuladas, reforçariam o papel da diplomacia naval como pilar central do *smart power* brasileiro, ao atuar estrategicamente de maneira coordenada, integrando poder operacional (*hard power*) à capacidade de atração simbólica (*soft power*). A atuação da MB em Cabo Verde mostra que o Brasil tem buscado se fazer mais presente no Atlântico, com atenção especial à ZOPACAS e à construção de parcerias sólidas na região. Para que essa presença cresça, será preciso unir esforços entre instituições, aproveitar a capacidade técnica já existente e fortalecer alianças com os países vizinhos, sempre com base na cooperação, no diálogo e na busca por segurança mútua.

A continuidade e o fortalecimento dessa presença poderão posicionar o Brasil como ator de referência no Atlântico Sul, não apenas como parceiro técnico, mas

como agente estabilizador e articulador estratégico de uma nova governança marítima. A liderança brasileira na ZOPACAS poderia servir para reforçar o pleito que o país tem feito junto à ONU, por meio de declarações do Presidente da República, no que concerne à ocupação de um assento permanente em seu Conselho de Segurança.

6.2.7 Oportunidades para o Brasil e sua Marinha: Considerações Parciais

O capítulo evidenciou que a relação entre o Brasil e Cabo Verde tem um grande potencial estratégico, ainda pouco aproveitado do ponto de vista da diplomacia naval.

A presença brasileira no país pode ser fortalecida com ações mais coordenadas, que envolvam não só a cooperação técnica e educacional, mas também uma atuação naval mais ativa, o fortalecimento de alianças trilaterais e um papel de liderança na ZOPACAS. A MANBCV já está bem estabelecida, mas pode ganhar novo fôlego dentro de uma visão mais ampla para o Atlântico Sul. Com mais estrutura, foco regional e ações que deem mais visibilidade, sua presença teria impacto ainda maior. Há caminhos concretos para isso, como auxiliar Cabo Verde, com a talvez inevitável participação portuguesa, a criar um centro de treinamento conjunto e um sistema de gerenciamento marítimo, ampliar a participação de oficiais cabo-verdianos em cursos da EGN e realizar mais exercícios navais com outros países parceiros. Isso não só ajudaria a tornar a região mais segura, como também reforçaria a imagem do Brasil como um país comprometido com a cooperação regional.

A articulação entre poder duro, poder simbólico e ação estratégica coordenada, características do *smart power*, mostrou-se especialmente promissora para os objetivos brasileiros. Cabo Verde, portanto, se revela como um espaço privilegiado para aplicar essa tipologia de poder: um país com estabilidade política, vocação atlântica, legitimidade simbólica e abertura à Cooperação Sul-Sul. Para o Brasil, fortalecer esse eixo representa não apenas reafirmar sua presença no entorno estratégico, mas também projetar sua identidade como articulador de soluções coletivas e promotor de uma nova governança marítima no Atlântico Sul.

Ao longo do capítulo, identificou-se que o desafio central não está apenas em manter uma presença institucional no arquipélago, mas em articular essa atuação de forma estratégica, contínua e coerente com os objetivos nacionais no Atlântico Sul. Com base no que foi analisado, fica claro que o Brasil tem condições de ampliar sua

presença na região, desde que adote uma estratégia bem coordenada, unindo diplomacia naval, influência por meio da cultura e ações conjuntas com outros países. Para que isso funcione, é importante contar com instituições sólidas, projetos que tragam resultados reais e parcerias construídas com planejamento. Avançar nesse caminho demanda visão de longo prazo, continuidade e capacidade de adaptação a um mar que muda o tempo todo.

Todavia, releva mencionar que, embora se reconheça que, em cooperações com países africanos em situação econômica mais vulnerável, os efeitos sejam muitas vezes intangíveis e de longo prazo, observa-se que outros Estados conduzem suas parcerias com motivações essencialmente econômicas. Portanto, recomenda-se adotar alguns pressupostos mais claros nessa iniciativa, como a formalização dos acordos de cooperação. Isso permitiria fiscalizar melhor os processos, além de garantir contrapartidas financeiras que beneficiem tanto o Brasil quanto a MB. Hoje, embora relevantes do ponto de vista político-estratégico, muitas dessas contrapartidas ainda são difíceis de mensurar ou transformar em resultados concretos.

Dessa forma, chega-se ao Capítulo 7 – Considerações Finais, em que os principais achados da pesquisa serão retomados à luz dos objetivos propostos e das contribuições teóricas alcançadas ao longo do trabalho. Tais constatações servirão de base para as recomendações estratégicas finais, com foco no papel do Brasil e da MB no fortalecimento de sua presença no Atlântico Sul.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou de forma comparativa as relações bilaterais de Cabo Verde com quatro importantes atores do SI — China, EUA, Portugal e Brasil — à luz da tipologia de poder proposta por Joseph Nye (2004, 2011), envolvendo *hard power*, *soft power* e *smart power*. A pesquisa procurou compreender não apenas os instrumentos de influência mobilizados por cada parceiro, mas também a forma como Cabo Verde responde a essas estratégias, revelando sua agência diplomática em um contexto de assimetrias estruturais. A teoria de Geoffrey Till (2009, 2018) ajudou a entender melhor o papel do mar nessas relações, mostrando como ele pode servir para exercer poder, ganhar influência e promover segurança em parceria com outros países.

A análise mostrou que cada país se relaciona com Cabo Verde por meio de abordagens distintas, usando diferentes formas de influência. A China aposta em obras grandes, como infraestrutura e hospitais, além de oferecer cursos e bolsas por meio do Instituto Confúcio, ou seja, uma combinação de apoio financeiro e ações culturais. Os EUA concentram seus esforços na área de segurança, com programas de formação, exercícios navais e acordos que visam a enfrentar ameaças na região. Portugal mantém uma presença marcada por laços históricos, linguísticos e institucionais, com foco em mobilidade, intercâmbios e cooperação acadêmica. O Brasil, por sua vez, atua por meio de projetos de defesa e cooperação técnica, como a MANBCV e as ações coordenadas pela ABC. No entanto, enfrenta desafios importantes, como restrições orçamentárias e mudanças frequentes na condução política, além da necessidade de aprimoramento da articulação entre os órgãos envolvidos.

Um dos pontos mais importantes da pesquisa foi perceber que Cabo Verde não age de forma passiva diante das ações desses atores. Ao contrário, o país tem exercido uma política externa pragmática, multilateral e ativa, pautada pela diversificação de parcerias e pela busca de benefícios em diferentes eixos. A diplomacia cabo-verdiana tem conseguido evitar alinhamentos automáticos e preservar sua autonomia, convertendo sua estabilidade política, seu capital simbólico e sua localização estratégica em instrumentos de *soft power* nacional. Tais capacidades podem ser interpretadas, neste trabalho, como características de uma *marinha de influência*, expressão aqui adotada com base na tipologia de marinhas

cooperativas descrita por Till (2018), especialmente aquelas que utilizam o simbolismo do mar como plataforma de inserção internacional.

A incorporação da teoria de Till ao arcabouço analítico revelou a importância do domínio marítimo nas relações bilaterais aqui estudadas. O mar, conforme Till (2018), é simultaneamente um meio de transporte, uma fonte de recursos e um vetor de poder, especialmente no que se refere às quatro funções navais essenciais: *warfighting* (guerra no mar), *power projection* (projeção de poder), *constabulary functions* (ações benígnas) e *diplomatic and cooperative functions* (ações diplomáticas e cooperativas). A projeção de influência das grandes potências em Cabo Verde envolve, frequentemente, a utilização de meios navais, sejam eles ostensivos, como nos exercícios conjuntos com os EUA, ou sutis, como na diplomacia portuária chinesa.

Nesse contexto, o Brasil tem a oportunidade de reforçar sua presença no mar, com ações como o envio de navios a Cabo Verde, o apoio à segurança no Golfo da Guiné e o auxílio no monitoramento das águas da região. A parceria com o país insular africano oferece ganhos tanto para a política externa brasileira quanto para a construção de sua imagem no Atlântico. O arquipélago pode funcionar atuando como porta de entrada para a África Ocidental, elo de ligação com os países da CEDEAO e até como base de apoio para ampliar a atuação do Brasil no Atlântico Sul.

No entanto, para transformar essa possibilidade em resultado concreto, o país precisa adotar uma postura mais firme e articulada, reunindo os esforços da diplomacia, da defesa, da ciência e da cultura. Algumas experiências já apontadas por estudiosos mostram que esse caminho é possível, desde que haja planejamento, continuidade e vontade política.

Este trabalho traz contribuições em três áreas principais. Na parte teórica, mostrou que os conceitos desenvolvidos por Nye contribuem para compreender como diferentes formas de poder atuam em países menores e com menos força, como é o caso de Cabo Verde. A teoria de Till também foi útil para destacar a importância do mar nessas relações. No campo prático, o estudo reuniu dados atuais sobre como China, EUA, Portugal e Brasil atuam no país, o que ajuda a comparar suas estratégias de forma clara. E, por fim, no plano estratégico, foram sugeridas ações para o Brasil fortalecer sua presença, como aumentar o papel da MB, investir mais em educação e promover a cultura brasileira, sempre com respeito à parceria e à cooperação equilibrada.

Para futuras pesquisas, recomenda-se aprofundar a análise das relações multilaterais de Cabo Verde no âmbito da CPLP, da CEDEAO e da UA, bem como explorar comparativamente o papel de outros países africanos insulares, como São Tomé e Príncipe, na geopolítica do Atlântico Sul.

Em síntese, a trajetória internacional de Cabo Verde revela a complexidade das relações de poder no SI contemporâneo, onde pequenos Estados exercem autonomia estratégica, grandes potências competem por influência e alianças são moldadas por fatores materiais e simbólicos. Nesse cenário, o Brasil tem a oportunidade e a responsabilidade de rearticular sua presença na África com inteligência estratégica, continuidade institucional e vocação cooperativa, fazendo uso das ferramentas da diplomacia naval, do *smart power* e das funções de influência, presença e parceria que caracterizam, segundo Geoffrey Till, as marinhas voltadas à segurança cooperativa e ao engajamento construtivo no mar.

A valorização do mar como vetor de desenvolvimento, integração e segurança deve servir como pedra angular na construção da política externa e de uma Grande Estratégia nacional. As águas pertencentes ao entorno estratégico brasileiro não podem ser vistas somente como áreas de trânsito, mas como possibilidades para o exercício de soberania e garantia de um futuro próspero. O Brasil detém recursos, tradição e legitimidade para liderar essa agenda, contudo necessita formular visão de longo prazo, manter coerência institucional e estabelecer alianças adequadas.

Nesse sentido, as propostas delineadas no Capítulo 6, centradas na ampliação da diplomacia naval, na liderança cooperativa no Atlântico Sul e na valorização de Cabo Verde como parceiro estratégico, devem ser compreendidas como respostas práticas à questão de pesquisa deste trabalho. Elas indicam um caminho viável para a consolidação do Brasil como ator de referência em sua região marítima de interesse, com a segurança cooperativa, alinhada às funções navais modernas descritas por Till (2018), que incluem ações de influência, presença e parceria por meio do uso inteligente dos meios navais. A liderança brasileira na ZOPACAS poderia, inclusive, fortalecer o pleito do país por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, ampliando sua legitimidade como ator global comprometido com a segurança cooperativa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Cooperação técnica Brasil-Cabo Verde: relatórios institucionais**. Brasília: MRE/ABC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/search?origem=form&SearchableText=CABO%20VERDE>. Acesso em: 26 mai. 2025.

ALMEIDA, Fernando Pereira de. **O Brasil, os países da costa oeste africana e a segurança marítima no Atlântico Sul: Cooperação da Marinha do Brasil na segurança marítima do Golfo da Guiné**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CPEM027%20CMG%20FERNANDO.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ANDRADE, Caroline Fortunato. **Inserção na China, através do Soft Power, por meio da Educação, em Cabo Verde**. 2021. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2294>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ANDRADE, Cláudio Isabel Furtado. **A política externa de Cabo Verde e a sua diáspora**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/20144>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Personal remittances, received (% of GDP) – Cabo Verde (2022)**. Washington, D.C.: World Bank Data, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS?locations=CV>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: MD, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: MD, 2020d. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha – PEM 2040**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2020c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comem/sites/www.marinha.mil.br/comem/files/PEM2040.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: MD, 2020a. Disponível em: Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relações bilaterais: República de Cabo Verde**. Brasília: MRE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-de-cabo-verde>. Acesso em: 21 jun. 2025.

CABO VERDE. **Estratégia Nacional para o Mar – 2023–2033**. Praia: Ministério do Mar, 2022b. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/cvi226144.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CABO VERDE. Forças Armadas. **Fortalecimento da cooperação militar Cabo Verde–Estados Unidos**. Praia: FA, 31 mar. 2025c. Disponível em: <https://fa.gov.cv/2025/03/31/fortalecimento-da-cooperacao-militar-entre-cabo-verde-e-estados-unidos/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CABO VERDE. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional. **MNECIR no debate parlamentar sobre as relações externas de Cabo Verde**. Praia: MNECIR, 2025a. Disponível em: <https://mne.gov.cv/web/guest/w/mnecir-no-debate-parlamentar-sobre-as-rela%C3%A7%C3%B5es-externas-de-cabo-verde>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CABO VERDE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável – PEDS II (2022–2026)**. Praia: Governo de Cabo Verde, 2022a. Disponível em: <https://www.mf.gov.cv/-/plano-estrat%C3%A9gico-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-2022-2026-peds-ii->. Acesso em: 5 mai. 2025.

CABO VERDE. **Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional. Comunicado final da VI Cimeira Cabo Verde–Portugal**. Praia: MNECIR, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://mne.gov.cv/web/guest/w/comunicado-vi-cimeira-cabo-verde-portugal>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CABO VERDE. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional. **Cabo Verde e China reforçam cooperação com assinatura de mais um acordo**. 22 jan. 2025b. Disponível em: <https://mne.gov.cv/en/web/guest/w/cabo-verde-e-china-refor%C3%A7am-coopera%C3%A7%C3%A3o-com-assinatura-de-mais-um-acordo>. Acesso em: 30 jun. 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Estados-membros da CPLP**. Lisboa: CPLP, 2025. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CORRÊA, Giovani. **A influência dos interesses geopolíticos da China e dos EUA na segurança marítima da costa oeste africana: desafios e oportunidades para a Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2021. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM). Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/845517>. Acesso em: 5 mai. 2025.

COSTA, Suzano; PINTO, Jorge. **A política externa cabo-verdiana num mundo multipolar: entre a ambivalência prática e a retórica discursiva**. In: DELGADO, José; VARELA, Odair; COSTA, Suzano (Orgs.). **As relações externas de Cabo**

Verde: (re)leituras contemporâneas. Praia: ISCJS, 2014. p. 163–228. Disponível em: <https://www.academia.edu/5892166/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL (EGN). **Boletim Especial – Golfo da Guiné 2025.** Rio de Janeiro: EGN, 2025. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Boletim%20Especial%20-%20Golfo%20da%20Guin%C3%A9%202025_1.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL (EGN). **Boletim Especial – ZOPACAS 2024.** Rio de Janeiro: EGN, 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Boletim%20Especial%20-%20Zopacas%202024.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **AFRICOM Donates Patrol Boats to Senegal, Cabo Verde.** United States Africa Command, 2018. Disponível em: <https://www.africom.mil/article/30404/africom-donates-patrol-boats-to-senegal-cabo-verde>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Fulbright Program – Bureau of Educational and Cultural Affairs (ECA).** United States Department of State, 2023e. Disponível em: <https://eca.state.gov/fulbright>. Acesso em: 14 mai. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Embaixada dos EUA em Cabo Verde. **Guarda-Costeira dos EUA faz parceria com Cabo Verde para melhorar a segurança portuária.** Praia: Embassy Praia, 13 jul. 2023g. Disponível em: <https://cv.usembassy.gov/pt/guarda-costeira-dos-eua-faz-parceria-com-cabo-verde-para-melhorar-a-seguranca-portuaria/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **International Visitor Leadership Program (IVLP).** United States Department of State, 2023f. Disponível em: <https://eca.state.gov/ivlp>. Acesso em: 14 mai. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **U.S.–Cabo Verde relations.** Bureau of African Affairs – United States Department of State, 2023b. Disponível em: <https://2021-2025.state.gov/u-s-relations-with-cabo-verde/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **About MCC.** Millennium Challenge Corporation, 2023a. Disponível em: <https://www.mcc.gov/about/>. Acesso em: 16 mai. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Millennium Challenge Corporation – Cabo Verde Compacts.** Millennium Challenge Corporation, 2023c. Disponível em: <https://www.mcc.gov/where-we-work/program/cabo-verde-compact>. Acesso em: 17 mai. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). USAID; Embaixada dos EUA em Cabo Verde. **Partnership Opportunity Delegation in Cabo Verde: “Blue-Green Futures”.** Praia: USAID/State Dept., 10 out. 2024. Disponível em: <https://cv.usembassy.gov/partnership-opportunity-delegation-in-cabo-verde/>. Acesso em: 20 mai. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Security Cooperation – United States Africa Command (AFRICOM)**. United States Department of Defense, 2023d. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation>. Acesso em: 14 mai. 2025.

EXPRESSO DAS ILHAS. **Portugal destaca “excelência do relacionamento bilateral” com Cabo Verde na véspera da V Cimeira Luso-Cabo-verdiana**. Praia, 12 abr. 2019, 07:52. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/politica/2019/04/12/portugal-destaca-excelencia-do-relacionamento-bilateral-com-cabo-verde-na-vespera-da-v-cimeira/63306>. Acesso em: 26 mai. 2025.

FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA (FOCAC). **Relatórios e declarações oficiais**. Dakar: FOCAC, 2021. Disponível em: <https://www.focac.org/eng/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FÓRUM DE MACAU. **Cabo Verde. Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa**. Macau: Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2023. Disponível em: https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/economic_trade/view/8591. Acesso em: 13 jun. 2025.

FÓRUM DE MACAU. **Cabo Verde. Zona Económica Especial Marítima de Cabo Verde aprovada este ano**. Macau: Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, 16 abr. 2019. Disponível em: https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/economic_trade/view/6644. Acesso em: 30 abr. 2025.

FREIRE, F. E. (2025). **200 Anos Independência do Brasil: “Brasil está ao nosso lado na construção do sonho do nosso desenvolvimento”**. Discursos e declarações oficiais, 7 de setembro. Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Cabo Verde.

GLOBAL INITIATIVE. **Cabo Verde – Global Organized Crime Index 2021**. Geneva: Global Initiative Against Transnational Organized Crime, 2021. Disponível em: https://ocindex.net/assets/downloads/2021/english/ocindex_profile_cabo_verde_2021.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

GOMES JUNIOR, Jairo G. **Interferências extrarregionais na ZOPACAS: uma abordagem para a África do Sul**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2020. Tese (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – CAEPE). Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/845698>. Acesso em: 10 mai. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2014–2016**. Brasília: IPEA; ABC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/COBRADI_20142016.pdf. Acesso em: 26 mai. 2025.

LEAL, Ricardo J. L. **Atlântico Médio, Atlântico Sul: Cooperação Brasil-Cabo Verde no Campo da Defesa. Significado geoestratégico e exame de sua continuidade e aperfeiçoamento.** 2018. 304 f. Tese de Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco. Brasília, 2018.

LE MIÈRE, Christian. **Maritime Diplomacy in the 21st Century: Drivers and Challenges.** Londres. Routledge. 2014.

MADEIRA, João Paulo. **Cabo Verde: de um ‘Estado inviável’ ao pragmatismo na política externa.** Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, v. 11, n. 1, pp. 85–101, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/927/92743369005/html/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MOREIRA, Marcelo Vidal. **A segurança marítima no Atlântico Sul e a participação brasileira em uma força expedicionária multinacional no Golfo da Guiné.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2022. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM). Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/846429>. Acesso em: 18 abr. 2025.

NOBRICA, Marcus Vinicius Pova. **Oportunidades de melhoria no campo da diplomacia naval: percepções sobre a Missão Naval do Brasil em Cabo Verde.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2025. Ensaio (Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM).

NOGUEIRA, César Augusto Dallacosta. **O Brasil e os países da costa oeste africana e a segurança marítima no Atlântico Sul: a cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa e sua importância para a Marinha do Brasil.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2018. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM). Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/84419>. Acesso em: 21 abr. 2025.

NYE JUNIOR, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics.** New York: Public Affairs, 2004. Disponível em: <https://www.publicaffairsbooks.com/titles/joseph-s-nye-jr/soft-power/9780786738960/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

NYE JUNIOR, Joseph S. **The future of power.** New York: Public Affairs, 2011. Disponível em: <https://www.publicaffairsbooks.com/titles/joseph-s-nye/the-future-of-power/9781586488925/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **United Nations Convention on the Law of the Sea.** Montego Bay, 1982. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **United Nations Sustainable Development Cooperation Framework Cabo Verde 2023–2027.** Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2021. Disponível em: https://unsdg.un.org/sites/default/files/2022-11/UNSDCF_Cabo%20Verde-2023-2027.pdf. Acesso em: 5 mai. 2025.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. 2.ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

PORTUGAL. Estado-Maior General das Forças Armadas. **Relatório da Missão de Cooperação Técnico-Militar (MCTM) com Cabo Verde**. Lisboa: EMGFA, 2023d. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/20231031-Relatorio_Envolvimento-militares-exterior_3TRI-2023.pdf. Acesso em: 26 mai. 2025.

PORTUGAL. Marinha Portuguesa. **Iniciativa Mar Aberto 2025: NRP Sines inicia missão de cooperação no Atlântico**. Lisboa: Marinha, 2025a. Disponível em: <https://www.marinha.pt/pt/noticias/Paginas/iniciativa-mar-aberto-2025-nrp-sines.aspx>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PORTUGAL. Ministério da Defesa Nacional. **Atlantic Centre – Sobre o Centro**. Lisboa: MDN, 2025b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/about>. Acesso em: 6 jul. 2025.

PORTUGAL. Ministério da Defesa Nacional. **Programa-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde (2021–2026)**. Lisboa: MDN, 2021. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/20211105_PQ-CDD_CV-PT_21-26.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

PORTUGAL. Ministério da Defesa Nacional. **Missão do Atlantic Centre em Cabo Verde**. Lisboa: MDN, 2023e. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias_fa/Paginas/Missao-do-Atlantic-Centre-em-Cabo-Verde.aspx. Acesso em: 6 jul. 2025.

PORTUGAL. Ministério da Justiça. **Portugal e Cabo Verde assinam protocolo na área da Justiça**. Lisboa: MJ, 2022. Disponível em: <https://justica.gov.pt/Noticias/Portugal-e-Cabo-Verde-assinam-protocolo-na-area-da-Justica>. Acesso em: 26 mai. 2025.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Portal Diplomático – Relações Bilaterais Portugal–Cabo Verde**. Lisboa: 2023a. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/cabo-verde>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PORTUGAL. Rádio e Televisão de Portugal. **Relatório de Atividades da RTP África**. Lisboa: RTP, 2023c. Disponível em: <https://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/d77/d77e26e6465eacf4874eaba863ce98ae2.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2025.

PORTUGAL. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – RIFA 2022**. Lisboa: SEF, 2023b. Disponível em: <https://sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

RAMOS, Pedro. **Cape Verde: A Blueprint for China's Positive Role in Africa**. The Diplomat, 27 out. 2016. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/10/cape-verde-a-blueprint-for-chinas-positive-role-in-africa/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ROCHA, Anildo Lopes. **Defesa e segurança do Atlântico: uma aproximação do sistema estratégico de Cabo Verde**. Mindelo: Universidade do Mindelo, 2015. Monografia (Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais). Arquivo pessoal.

SARAIVA, José Flávio S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SHI, Ting. **China's Strategic Courting of Portuguese-speaking Africa: Cabo Verde and Beyond**. The Diplomat, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

TAVARES, Pedro Borges. **Relações Cabo Verde–China: Balanço dos Trinta e Dois Anos de Cooperação**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/5584>. Acesso em: 28 jun. 2025.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 2. ed. London: Routledge, 2009. ISBN 978-0415480886.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4. ed. London: Routledge, 2018. ISBN 978-1138657656.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **Country Programme Document for Cabo Verde (2023–2027)**. Nova Iorque: UNFPA, 2022. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/admin-resource/Report_CCPE%20Cabo%20Verde_EN.pdf. Acesso em: 3 mai. 2025.

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE (Uni-CV). **Acordo bilateral com o Brasil**. Praia: Uni-CV, 2025. Disponível em: <https://www.unicv.edu.cv/pt/unicv/461-mobilidade/acordo-bilateral/2734-brasil>. Acesso em: 21 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE (Uni-CV). **Sobre o Instituto Confúcio**. Praia: Uni-CV, 2023. Disponível em: <https://www.unicv.edu.cv/pt/sobre-ic>. Acesso em: 30 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE (Uni-CV). **Uni-CV recebe delegação dos Estados Unidos para expandir cooperação acadêmica**. Praia: Uni-CV, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.unicv.edu.cv/pt/nots-geral/4380-uni-cv-recebe-delegacao-dos-estados-unidos-para-expandir-cooperacao-academica>. Acesso em: 2 jul. 2025.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **Política externa, política de defesa e cooperação Sul-Sul como grande estratégia na África Ocidental: um estudo de caso em Cabo**

Verde e São Tomé e Príncipe. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21538>. Acesso em: 18 abr. 2025.

VOZ DA AMÉRICA (VOA). **Cabo Verde e a NATO, um assunto que exige um debate sério, avisa diplomata Fernando Wahnnon.** Voz da América – Português, 2025. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/cabo-verde-e-a-nato-um-assunto-que-exige-um-debate-s%C3%A9rio-avisa-diplomata-fernando-wahnnon/7962036.html>. Acesso em: 24 jun. 2025.